

Nº 250 Abril 1991

Cr\$ 200,00

Publicação da Tendência
Democracia Socialista do PT

EM TEMPO:

Esta publicação é de caráter interno do PT e distribuída única e exclusivamente aos seus filiados.



O que brilha

nas greves

Socialismo: Flávio Koutzi/Jorge Almeida/Tarso Genro/José Correa

Especial: 13º Congresso da IV Internacional

A parte e o todo

Como palavra da moda, que se usa como moeda inflacionada, o termo **corporativo** passou a ser usado como arma pelo governo e os adeptos do neoliberalismo para atacar cada uma das greves que se fazem em defesa do salário e do emprego. Seriam movimentos das partes em revolta contra os interesses do todo, isto é, a sociedade.

O pressuposto do argumento é que os planos do governo representam o todo, os interesses da sociedade. Como contraponto, a idéia da governabilidade de Collor passou a ganhar adesões.

A ofensiva de deslegitimação das greves coloca um desafio - que não é novo, mas que se torna vital - para o movimento sindical: como encontrar os elos de ligação de cada greve com os interesses e consciências da maioria. Captamos sinais positivos nesta direção em experiências de greve recém realizadas e em um Seminário Nacional Contra a Privatização, realizado no Rio de Janeiro.

Jogamos o foco em seguida para o recém realizado Encontro Nacional de Estudantes Petistas, talvez o mais representativo já realizado pelo partido.

A edição prossegue com um primeiro enfoque do 13º Congresso Mundial da IV Internacional, que prosseguirá na próxima edição. A este evento de grande importância para os revolucionários, dedicamos o encarte desta edição. Isaac Akcelrud analisa o pós-guerra no Golfo.

O debate em torno à crise do socialismo continua com as contribuições de Flávio Koutzi, Jorge Almeida, José Correa. Recebemos e publicamos o artigo do companheiro Tarso Genro, da tendência Nova Esquerda, em resposta ao ensaio de Ronald Rocha publicado na edição passada.

O histórico 8 de março realizado este ano em Porto Alegre - contra a violência sexista - é retratado. A contra-capá desta edição é dedicada às companheiras Beth Lobo e Maria da Penha, tragicamente falecidas em março na Paraíba. Elas já fazem parte da memória coletiva de nosso movimento, com sua capacidade de transformar em vida futura até os rostos que a morte precocemente rouba de nós. □

Índice :

- 03 ▶ Nacional: A esperança não mora em Brasília
Raul Pont
- 05 ▶ Sindical: Sinais de vida futura
- 07 ▶ Sindical: Unidade Contra a privatização
- 09 ▶ Estudantil: Ventos Novos
- 10 ▶ Internacional: Um Congresso na esquina da história
- 11 ▶ Especial: Resoluções do 13º Congresso da IV
Internacional (Primeira parte)
- 15 ▶ Oriente Médio: Por quem os sinos dobram
- 17 ▶ Socialismo: Em busca de uma nova síntese
Flávio Koutzi
- 18 ▶ Socialismo: O processo da revolução - José Correa
- 20 ▶ Socialismo: As armadilhas de uma crise de
identidade - Jorge Almeida
- 22 ▶ Socialismo: O esquerdismo e a vergonha da reforma
Tarso Genro
- 23 ▶ Feminismo: A violência e suas máscaras
- 24 ▶ Memória: Paixão e política

Sangue novo

Depois de um processo de discussão política profundo e duradouro, iniciado no 6º Encontro Nacional do PT (julho de 1989), um conjunto de militantes do PT da Bahia decidiram se integrar a tendência Democracia Socialista, tendência interna do PT. Estes militantes tem origem em diferentes movimentos sociais, com formação teórica e política diversificada e, ao longo do último ano, experimentaram uma prática comum, ajudando a construir o PT baiano e o Coletivo Socialista.

A integração de vários membros do Coletivo Socialista à DS não significa o fim deste espaço de discussão e elaboração. A DS já participava do Coletivo Socialista e quer manter a mesma relação franca e fraterna com aqueles que dele participam.

Para a nossa tendência, é um passo extraordinário agrupar militantes que trazem uma rica experiência do movimento popular urbano, estudantil, sindical e no movimento negro. Estes novos companheiros dão uma nova dimensão à nossa responsabilidade na construção de um PT de massas, democrático, socialista em particular na Bahia. □

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da
Tendência Democracia Socialista
do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Diagramação: Adelaide Joia

Editoração: Alvaro Alencar/Caio França
Página 7 Artes Gráficas

Revisão: Fernanda Estima

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1144 CEP 20.031/ Vitória: Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921/Salvador: Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

A esperança não mora em Brasília

Raul Pont

Assim como os sentimentos ufanistas eram peças de dominação no auge do poder da ditadura militar, o ceticismo, a impotência e o descrédito integram hoje o arsenal das classes dominantes. Trata-se de anestesiar os anseios profundos de mudança, que alimentaram poderosos movimentos de massa na década de oitenta como o das diretas já e o criado em torno à candidatura Lula em 1989.

A explicação do ceticismo que frequenta largos setores da população brasileira tem, é certo, um componente psicológico evidente. É o reverso da moeda, o refluxo de esperanças frustradas.

O elemento psicológico capta, no entanto, apenas a superfície da situação. Pois ele é a expressão de um **impasse estrutural e mais duradouro da correlação de forças entre as classes sociais**: nem as classes dominantes nem os trabalhadores construíram as condições políticas necessárias para imprimir uma saída coerente e global à crise da sociedade brasileira. E esta situação deve durar anos ainda.

Dinamismo

Esta caracterização mais ampla deveria ser relativizada em dois sentidos.

O primeiro deles é que a gravidade da crise nacional e o desenvolvimento da crise do governo Collor introduzem um elemento de explosividade e dinamismo na situação do país que não podem ser menosprezados. É possível e provável que vivamos situações graves de crise sem que uma alternativa dos trabalhadores tenha se gestado com forças suficientes para protagonizar uma saída.

Este descompasso entre a dinâmica da crise do governo Collor e a construção de uma alternativa dos trabalhadores à crise é que explica alguns fenômenos da cena política atual. De um lado, começam a se estruturar com força, no próprio campo das classes dominantes, alternativas de governo potenciais que buscam ofensivamente preencher os espaços vazios que o desgaste de Collor cria a sua volta. A ofensiva "neo-peemedebista" liderada por Quéricia tem exatamente este sentido.

De outro lado, o tema da governabilidade, da responsabilidade de todos em criar anteparos institucionais à crise do governo Collor aparece com força. O tema da co-responsabilidade perante o governo é desenvolvido numa espécie de chantagem: "o inferno comigo, pior ainda sem mim...".

Os dois fatos têm exatamente o mesmo sentido: fechar espaços à construção de uma alternativa própria e independente dos trabalhadores.

O círculo

Se a correlação de forças de forma ampla aparece marcada pelo sinal do impasse, ela ainda aparece como francamente negativa aos trabalhadores no plano da institucionalidade vigente. Isto é particularmente verdade para o Congresso Nacional.

As primeiras semanas de atuação do novo Congresso Nacional já apontam algumas tendências de comportamento que, se não definitivas para o próximo período, são bastante ilustrativas e exemplares de como agirão as forças políticas lá representadas.

Assumimos a legislatura com uma bancada petista duplicada e com uma expectativa redobrada do Partido e do movimento social na nossa ação parlamentar. A relação de forças existentes no Congresso, no entanto, exige consciência dos limites dessa ação, essencialmente conservador.

Temos como referência na Câmara para o enfrentamento ao Governo Collor a unidade construída no campo da esquerda composto por nós, PT, e mais o PDT, o PSB, o PC do B e



Cristiano Mascaro

Solidariedade

Dentro de dois meses serão julgados dois presos políticos no Brasil. Militantes do movimento operário e popular podem ser condenados a até 10 anos de prisão por suas atividades de solidariedade à luta pela moradia em Diadema, na região do ABCD em São Paulo.

Romildo Raposo, vereador do PT em Diadema e Manoel Boni, vereador sem partido (ex militante do PT) estão presos desde o dia 28 de dezembro passado, quando foi cassada a fiança que garantia liberdade a eles. Foram processados sob a acusação de "resistir à ordem judicial" que determinava a desocupação da Vila Socialista, terreno ocupado por moradores de Diadema em novembro do ano passado.

Os dois vereadores foram presos juntamente com cerca de 40 companheiros no dia 11 de dezembro, quando a polícia desocupou violentamente a área, matando dois ocupantes do terreno e ferindo vários outros, inclusive Manoel Boni, que teve sua mão direita cortada durante a invasão policial. Dois outros vereadores (Antônio Rodrigues, do PT, e João Teixeira, do PSB) foram também presos, mas libertados através de habeas corpus por serem primários. Correm o risco de serem condenados no mesmo processo.

A "justiça" não está medindo esforços para fazer contra Romildo, Boni, Rodrigues e João Teixeira um processo exemplar contra as lideranças do movimento popular em Diadema. Além do massacre contra os ocupantes da Vila Socialista, a polícia não hesitou em invadir a Câmara Municipal de Diadema para prender Rodrigues e João Teixeira. Apesar das evidências de que os dois presos não são "criminosos" que oferecem perigo à sociedade, a justiça não concedeu o habeas corpus ou a liberdade provisória aos dois.

O Diretório Municipal de Diadema e o Diretório Estadual do PT acompanham o caso com apoio jurídico através do escritório de Luiz Eduardo Greenhalgh; vários atos e manifestações em Diadema e São Paulo já foram realizados, inclusive com a presença de Lula e outros dirigentes do partido. A solidariedade dos companheiros petistas e do conjunto dos setores comprometidos com a democracia e a liberdade de manifestação, inclusive com o mais elementar respeito à autonomia do poder legislativo por parte do poder judiciário é decisiva para impedir a condenação. O objetivo dos processos e prisões é não apenas atingir lideranças do movimento popular, mas inibir a continuidade do amplo movimento de luta por moradia, de ocupações de terra e da organização popular em Diadema.

Nessa época de democracia do "Brasil Novo", aos trabalhadores e combatentes por melhores condições de vida para o povo continuam reservados, além do assassinato aos trabalhadores rurais e da repressão às greves, em "casos exemplares" a prisão e condenação por motivos políticos.

NACIONAL

eventualmente PCB. Essas forças somadas alcançam pouco mais de 20% da Câmara Federal, ou seja, em torno de 100 parlamentares.

Privilegiamos este campo de alianças porque os outros partidos de oposição, o PMDB e o PSDB, não se constituem como forças opositoras consequentes ao projeto Brasil Novo. Por sua composição social, por seus compromissos políticos, esses partidos acabam garantindo, nas questões essenciais, apoio ao Governo Collor.

Medidas Provisórias

O processo vivido no início da nova legislatura onde o novo Congresso deparou-se frente as Medidas Provisórias 294 e 295, respectivamente, sobre a desindexação da economia e outras medidas financeiras e sobre uma nova política de preços e salários é exemplar sobre o comportamento dos partidos no Congresso.

As propostas do PT e da esquerda no sentido da não admissibilidade, por inconstitucionais, das MPs não encontram guarida no PMDB e PSDB. Com o argumento do fato consumado, da vigência do congelamento e da desindexação, esses partidos acompanharam a direita e os sustentáculos do governo em admitir e transformar as MPs em projetos de comissão.

Derrotados, também, no recurso judicial ao Supremo Tribunal Federal não nos restava outro caminho senão a negociação de emendas nas Comissões mistas que relatariam as MPs. E, aqui é importante registrar que na Comissão da MP 295 havia uma maioria oposicionista com o PMDB e PSDB capaz de aprovar o relatório da comissão.

A bancada petista aprovou, em nosso entender, corretamente os limites para as negociações: um salário mínimo de Cr\$ 25.000,00; garantir aos aposentados e pensionistas o que fosse estabelecido: lutar por critérios de estabilidade que estancassem as demissões massivas que se sucediam (Porto de Santos, Autolatina), garantir repasse na política salarial aos assalariados médios e defender a unificação da data-base.

A proposta de uma política salarial com base num salário

mínimo indexado a uma cesta básica cuja variação futura seria incorporada integralmente ao salário mínimo colocou o governo na defensiva e abriu um espaço significativo e singular, nos últimos tempos, para o PT. Esta proposta havia sido desenvolvida pelo Governo Paralelo e foi assumida pela bancada.

As possibilidades de uma negociação com a equipe da ministra Zélia foram frustradas e nem a Comissão mista da MP 295 conseguiu reunir, por desinteresse e responsabilidade do PMDB que não queria enfrentamento.

O projeto de conversão, relatado pelo PFL, foi elaborado no Ministério da Economia e sua apreciação e votação desnudam, completamente, a política de convívio do PMDB e PSDB.

Fraudado qualquer acordo com o governo e os partidos que o sustentam, tentamos ainda - junto com o PDT, PSB, PC do B e PCB - elaborar um substitutivo ao relator que incorporasse o PMDB e o PSDB para disputarmos em plenário.

Isto foi inviabilizado pois PMDB e PSDB, principalmente o primeiro, já acordavam com o governo aprovar a essência do projeto de conversão.

No encaminhamento da votação, José Serra (PSDB) e Genebaldo Correia (PMDB) usaram o mesmo argumento do "oposicionista" PDS. Eram contra a MP 295 mas votavam a favor do projeto de conversão para "garantir a governabilidade". José Serra (PSDB) chegou a defender na tribuna que o PT, o PDT e os outros partidos que votavam contra só faziam para as galerias, por demagogia, pois sabiam que ela, a "oposição consequente" era responsável e garantiria governabilidade a Collor, como se a rejeição da MP 295 significasse o caos de uma profunda crise política.

O líder do PMDB teve que suportar ainda a humilhação e o constrangimento de reconhecer na tribuna, por exigência do líder do governo Humberto Souto (PFL), que o PMDB acordara com o governo votar em bloco no projeto de conversão. E assim fizeram. Nem na emenda do PSDB de garantir um piso de Cr\$ 19.000,00 para o salário mínimo o PMDB votou.

Respaldaram esse arrocho salarial imposto, aceitaram que aposentados e pensionistas ficassem de fora bem como garantiram o arrocho também sobre o funcionalismo federal.

Mesmo que tenhamos aprovado algumas emendas nesses projetos de conversão e ocupado um espaço importante no debate público, é evidente que os trabalhadores, aposentados e servidores federais sofremos uma grande derrota nesse processo, pois o arrocho consolidou-se e está legalizado até agosto.

Fragilidades

Essa experiência revelou, igualmente, a fragilidade da CUT e do Partido em organizar uma rápida e eficiente mobilização para pressionar e influir sobre as bancadas e os partidos seja em Brasília ou nos Estados. A presença da CUT foi muito pequena e a capacidade de arregimentação quase nula e isso concerne não apenas aos dirigentes sindicais petistas que atuam na CUT mas ao partido como um todo. É talvez unanimidade no partido e na central que sem mobilização, sem pressão nas ruas, nossa ação parlamentar está fadada a fracassar. A experiência recente vem confirmar isso de forma exemplar. A vitória dos trabalhadores contra as demissões na Autolatina e no Porto de Santos, bem como a greve dos petroleiros não tiveram uma articulação possível nessa direção. Talvez até isso justifique-se. Mas, é necessário amargar auto-criticamente nossa ação sindical e política - a vigília proposta com outros partidos e entidades também fracassou - na pressão sobre o Congresso para que possamos calibrar melhor as ações futuras.

A esperança ainda não mora em Brasília. Ela só se afirmará quando a nossa participação no Congresso estiver a serviço da criação de um poderoso movimento democrático e popular de massas. □

Contra os privilégios

Os 35 deputados federais do PT entraram com requerimento para não serem descontados para o Instituto de Previdência do Congresso, coerentes com a posição nacional do partido em não aceitar esses institutos de previdência privilegiados para deputados e senadores. Em vários Estados, por iniciativa do PT, esses Fundos ou Institutos vêm sendo extintos por seus evidentes privilégios e inaceitável imoralidade com o dinheiro público, como ocorrem em SP, RS e outros.

Essas previdências parlamentares, com pequenas variações permitiam aos deputados aposentadorias com 8 anos de contribuição e em alguns casos até com um mandato, desde que o deputado, ainda que não se reeleja, pague mais quatro anos para adquirir o direito.

No Congresso, o IPC faculta o ingresso também aos funcionários efetivos e quem paga a festa é o erário público. A Câmara e o Senado contribuem com o dobro do que pagam os deputados e com as transferências orçamentárias, isso equivale a 85% da Receita do órgão previdenciário - verdadeiro absurdo e imoralidade quando a Previdência oficial está do jeito que todos sabemos e agora o governo Collor ainda quer restringir a aposentadoria apenas por idade mínima de 65 anos.

A tendência é de que o IPC indefira o requerimento e continue, compulsoriamente, a cobrança. Não desistiremos. Apelamos na Justiça, com projeto de lei propondo a extinção, vedando o repasse de verbas no orçamento e, principalmente, mobilizando a opinião pública para denúncia e crítica aos deputados e bancadas que mantêm esse privilégio iníquo para favorecer e cooptar parlamentares. Não é coincidência que a maioria dos Institutos foi criada no auge do regime militar, nos primeiros anos da década de 70.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jomais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 2.400,00 () Apoio Cr\$ 4.800,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Cep: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05.404 - São Paulo - SP

Sinais de vida futura

Banido do imaginário da "modernidade", o movimento sindical retorna sempre. Tornou-se moda nos círculos dominantes - às vezes com adesão de cabeças pretensamente à esquerda - apelidar de corporativa toda greve que se faz. O interesse das partes - os trabalhadores em greve - estaria sempre em contradição com os interesses da sociedade.

Anotamos nesta edição cinco movimentos grevistas que evidenciam justamente o inverso: como, a partir de reivindicações imediatas, os trabalhadores encontram os veios do interesse coletivo.

Estes movimentos apresentam algumas características promissoras:

- Em meio ao aprofundamento da crise do governo Collor, os trabalhadores enfrentam as instâncias da justiça trabalhista submissa ao governo, que considera as greves "abusivas". Demissões, como no caso da Petrobrás, foram anuladas: a punição por "delito de greve" foi descartada, como no caso da CMTC de São Paulo.

- As greves, particularmente nos exemplos de Santos e da Minas Caixa, funcionam como motor de amplos movimentos unitários da população sindical.

- Nas empresas estatais ameaçadas de privatização ou mais simplesmente de extinção, as pautas de reivindicações incluem variadas formas de controle social das empresas.

- A organização e sustentação das greves apóiam-se cada vez mais na ação unitária e na organização dentro dos locais de trabalho.

Em sua soma, estes movimentos mostram uma reanimação de setores chaves do movimento operário brasileiro. São fonte de vida futura - de energia e de propostas - para a saída da crise da sociedade brasileira.

Política salarial nos trilhos

Seis dias de greve (21-26/03/91), com adesão dos 60 mil trabalhadores dos transportes coletivos da cidade de São Paulo, restabeleceram a vigência de uma política salarial de reajuste mensal pelos cálculos do DIEESE a partir de abril, mais uma programação para repor as perdas desde o Plano Collor I.

No início do ano, a administração municipal buscou cancelar esta política salarial, cedendo à pressão do governo Collor. Em fevereiro não foi pago o reajuste integral pelos cálculos do DIEESE. Em março, a proposta era zero. Daí para frente seria a discussão aleatória mês a mês. Era uma guinada para o arrocho em lugar de enfrentá-lo. Aí estão as razões da greve.

Sua grande significação é que recolocou a política salarial municipal nos trilhos. Seus artificios principais são mil trabalhadores com mandato de base - cipeiros e comissões de garagem. No sindicato, a CUT PELA BASE assumiu uma política unitária, integrando no comando da luta todas as correntes. Não houve assembleias divididas. A categoria, suas organizações de base, sua direção política saíram fortalecidas.

Esta greve construiu um novo ponto de partida para uma avaliação da política das prefeituras petistas que não podem ver na luta independente dos trabalhadores uma forma condenável de oposição mas, pelo contrário, um escudo e ponto de apoio para resistir às pressões e manobras dos governos federal e estadual com sua política anti-operária de arrocho e repressão.

A batalha do petróleo

Os petroleiros fizeram a greve mais agredida e insultada do período. Enfrentaram as dificuldades de uma luta solitária. Estas dificuldades valorizam os êxitos de uma resistência vitoriosa. Os petroleiros revigoraram a luta contra a privatização, exigiram e obtiveram a reintegração dos demitidos durante a greve. Colocaram na ordem-do-dia a criação de comissões de saúde e controle ambiental com estabilidade para seus membros, implantação do Plano de Cargos e Salários.

A mobilização que culminou na greve abarcou todo o Sistema Petrobrás, a partir de uma plenária de representantes de todos

os sindicatos envolvidos para aprovação e entrega da pauta de reivindicações à empresa. Uma outra plenária definiu um Dia Nacional de Luta. A decisão da greve nacional dos petroleiros foi discutida e aprovada em assembleias de todos os sindicatos de norte a sul. Na data marcada (25/02/91), a Bahia entrou em greve, seguida de Mauá e Campinas. No dia seguinte, pararam os outros estados.

Quem sustentou a greve foi a área de refino com uma adesão de 90%. A paralisação na produção e exploração oscilou entre 50 e 60%. Apesar dos altos estoques (por causa da Guerra no Golfo), o suprimento de gasolina e gás de cozinha chegou à beira do colapso. O governo apelou para a importação e tentou furar a greve usando até helicópteros para transportar trabalhadores. Mas só um número limitado de funcionários foi autorizado a manter as atividades essenciais. O Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve "abusiva", o que significava ameaça direta de demissões em massa por "justa causa" e até processo criminal dos grevistas.

Os petroleiros não se renderam. Só voltaram ao trabalho 72 horas depois da decisão facciosa e abusiva do TST. A greve quebrou a "síndrome das demissões". Todos os demitidos durante a greve foram readmitidos. A categoria tem 800 demitidos desde o Plano Collor.

A vitória dos petroleiros é reconhecida pelo "Estadão", em editorial (27/03/91) onde reconhece que "a Petrobrás decidiu antecipar de julho para abril a implantação de seu novo Plano de Cargos e Salários, dando reajustes de 4 a 50%, retroativos a agosto de 1988". Na conclusão choraminga Eduardo Teixeira, ao passar da Petrobrás para o Ministério da Infraestrutura, reconheceu nas estatais "instrumentos importantíssimos para a reorganização da economia brasileira". Então pergunta em lágrimas: "Ah! É? E a privatização prometida por Collor vai para onde, hein?"



O recuo da Autolatina

Os peões da Autolatina (Ford e Volkswagen) venceram bravamente o primeiro round do combate em defesa do emprego, numa luta que promete tomar-se mais acirrada ainda, enfrentando a insaciável empresa imperialista teuto-americana. Ao primeiro sinal de execução de um desumano programa de demissões em massa, partiram para a greve e para vigorosas mobilizações.

Convocados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, os peões, aos milhares, saíram em passeata até a sede administrativa da Autolatina. Depois disto, mais de 15 mil trabalhadores interditaram a Via Anchieta que liga São Paulo a Santos, numa ação de impacto e repercussão em todo o país.

A luta entre os trabalhadores e a Autolatina coincidiu com novo atrito do truste com o Ministério da Economia. Ford e Volkswagen assim fundidos e coligados têm vencido essa queda de braço com o governo. Passaram como rolo compressor por cima do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, (aquele do Plano Bresser) que impôs arrocho salarial e cedeu ao monopólio. Agora chegou a vez de Zélia, cuja autoridade foi desafiada impunemente pela Autolatina. A coisa foi diferente, quando o choque envolveu diretamente os operários.

Estes movimentos mostram uma reanimação de setores chaves do movimento operário. São fonte de energia e de propostas para a saída da crise brasileira.

Os petroleiros fizeram a greve mais agredida e insultada do período. Enfrentaram as dificuldades de uma luta solitária.

O exemplo da greve geral

O que se destaca no exemplo de Santos é a iniciativa da prefeita Telma de Souza, que jogou toda a força política e capacidade de iniciativa da administração municipal na defesa do direito ao trabalho dos operários do maior porto do país. É um exemplo de construção de uma sólida e combativa frente política a partir da resistência operária. E deve necessariamente contribuir para desbravar o caminho na busca de compatibilização dos governos populares nos municípios com os interesses urgentes da população. Enriquece a experiência político-administrativa do PT.

Os portuários santistas não ficaram isolados e ganharam uma batalha do governo Collor. O comércio, a indústria, os partidos políticos, junto com a Prefeitura impediram as 5.372 demissões programadas pelo Planalto e reforçaram os portuários para a continuação da resistência, ancorada na luta por aumento e reposição das perdas salariais.

Gestão pela base

De surpresa, numa 6ª feira, para aproveitar a distração do fim de semana, foi decretada a liquidação da Minas Caixa, banco quase secular, detentor de 35% do sistema financeiro de Minas Gerais. O esquema geral era de acordo de governadores com Collor - Banco Central cobre os rombos, como o da Minas Caixa, em troca de apoio ao fracassado governo federal. Tudo isto foi articulado por Zélia Cardoso de Melo. Além disso, abre o mercado para bancos privados como o Citibank, o Bradesco, o Itaú, etc. É a política de liquidação das estatais, de privatização ou extinção.

Mas o tiro saiu pela culatra. Os bancários foram à greve, à

ocupação da Minas Caixa, à gestão política, administrativa e patrimonial da empresa.

Impediram o acesso dos liquidantes e organizaram diversas comissões que executaram o controle da empresa. Quebraram a hierarquia patronal e desencadearam um poderoso movimento de frente única - apoio da população na capital e no interior, do pequeno e médio comércio, de numerosas administrações municipais, vereadores e intelectuais, atores, músicos, jornalistas. Até uma exposição de fotos, construindo a memória do movimento, foi montada.

Esta poderosa manifestação de solidariedade tem raízes fundas: 200 cidades ficariam só com o Banco do Brasil ou sem banco, o funcionalismo e a Polícia Militar são pagos através da Minas Caixa. Só o Clube de Diretores Lojistas está com 200 milhões em cheques retidos. Além disso, estão presas as reservas dos pequenos e médios poupadores do Estado.

Entre os exemplos de solidariedade está uma seguradora que abriu um crédito de dois milhões para alimentação dos grevistas. A Ceasa enviou caminhões de comida. A greve é a coluna mestra da frente única. As reivindicações compõem o seguinte programa:

- Anulação do decreto de liquidação (uma Comissão de Economistas elaborou um documento intitulado "A Minas Caixa é viável tecnicamente", já entregue ao governo do Estado);

- Defesa do emprego e salário, inclusive dos que não têm estabilidade;

- Criação de uma Nova Minas Caixa com a participação do funcionalismo na direção.

A Câmara de Vereadores de Belo Horizonte realizou uma sessão especial de apoio dentro da empresa ocupada, onde também se instalou um encontro estadual de prefeitos e vereadores. □

Em Santos, a mobilização de toda a população relembra, em um cenário ampliado, a última greve dos metalúrgicos de Volta Redonda em defesa da CSN.

A atualidade da CUT PELA BASE

EM TEMPO ouviu a opinião de Durval Carvalho, da Executiva Nacional da CUT e da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região, sobre os fatos mais recentes no processo de preparação do 4º Congresso Nacional da CUT.

ET: Os companheiros da tendência Vertente Socialista tomaram a decisão de deixar a CUT PELA BASE com o argumento de fortalecer a centralização do PT no movimento sindical. Qual é a sua opinião sobre esta decisão?

Durval: Como sindicalista petista, poderia dizer

ordem capitalista. O momento, portanto, é o de fortalecer uma alternativa a esta visão: o papel da CUT PELA BASE, enquanto corrente sindical foi ressaltado.

A decisão dos companheiros da Vertente Socialista reflete, por sua vez, uma visão ingênua e simplista sobre a construção da centralização do PT no movimento sindical. Este problema é antigo e se acentuou inclusive a partir de 1986. Na sua origem está a ausência de uma compreensão estratégica comum e sólida entre os petistas sobre o papel do movimento sindical em sua dimensão estratégica. Reflete igualmente a postura da corrente majoritária no PT e na Central, que inclusive fez a opção de privilegiar alianças com outros partidos (PDT, PSB) nas disputas do movimento sindical. Criou-se um clima em que é frequente o desrespeito a uma verdadeira cultura classista da classe trabalhadora, de solidariedade e democracia.

Assim, é ilusão pensar que este problema profundo e que vem de longo tempo será resolvido agora às vésperas do Congresso da Central. A sua resolução estratégica deve ser inclusive um dos principais temas do I Congresso do PT. Devemos incentivar iniciativas que mantêm o grau de unidade

entre os petistas antes do Congresso da CUT, mas elas serão limitadas pela situação atual de perda de referências partidárias comuns que vigorou nos últimos anos.

ET: Do ponto de vista do debate sindical que vem sendo travado no interior da CUT PELA BASE, haviam se manifestado divergências que

justificassem esta atitude dos companheiros da Vertente Socialista?

Durval: *Na minha opinião, não. As diferenças que surgiram nos seminários nacionais de análise de conjuntura, balanço e perspectivas da CUT foram de natureza filosófica, sobre a atualidade do marxismo. É um debate a ser feito, mas não para ser resolvido no interior de uma corrente sindical. Como cristão e simpatizante da Teologia da Libertação, eu tenho muito a dizer sobre isso. Mas é um assunto que eu desenvolvo mais na Pastoral. O nosso debate deve se voltar mais para as necessidades dos trabalhadores, a crise da sociedade brasileira e as saídas pelas quais o movimento sindical deve trabalhar.*

ET: Neste contexto, qual é a atualidade da CUT PELA BASE?

Durval: *O capitalismo brasileiro atravessa hoje uma crise sem precedentes. E há três tipos de pressões fortes sobre os trabalhadores: a queima de milhares de empregos, a corrosão violenta dos salários enquanto o Estado é cada vez mais incapaz de garantir os direitos básicos de saúde, educação e moradia.*

E o grave é que a CUT anda meio doente. A participação nas discussões do pacto social foi um sinal. O privilegiamento da luta interna é outro. A ausência de uma proposta clara para fazer frente as grandes dificuldades do momento completa o quadro.

A CUT PELA BASE não pretende ser a dona da verdade. Mas defendemos que o caminho não será encontrado através da negociação dos princípios do classismo, do caráter anti-capitalista e combativo, da construção da democracia que fazem parte da história da CUT. Queremos neste Congresso construir uma alternativa que coloque a CUT como uma força capaz de dar toda a consequência transformadora a combatividade que os trabalhadores vem seguidamente demonstrando. □



que o motivo alegado é nobre. Mas, do ponto de vista político - objetivamente falando - trata-se de um profundo equívoco. Polarizam-se hoje no interior da CUT visões distintas sobre o seu papel. Há, de um lado, uma visão que coloca em questão pressupostos originais da Central, tais como o sindicalismo classista, a democracia operária, a unidade na diversidade e, ao mesmo tempo, uma postura de limitar a prática da CUT a um horizonte de negociação no interior da

Unidade contra a privatização

As grandes concentrações de trabalhadores das estratégicas empresas estatais começam a superar a fase das lutas isoladas. As ações atuais dos metalúrgicos, petroleiros, ferroviários, portuários, bancários, trabalhadores em telecomunicações combinam reivindicações específicas de cada setor com uma reivindicação política comum: a democratização das estatais contra a privatização.

Nada mais natural, portanto, que a soma e conjugação de esforços. Foi o que aconteceu no Rio de Janeiro, nas jornadas da **Primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais e da Orla Portuária Marítima**, de 15 a 17 de março últimos. Mais de duzentos delegados de cinquenta sindicatos de todo o país decidiram criar o **Fórum Permanente de Defesa das Estatais**. Debateram fraternalmente sindicalistas das diferentes correntes do movimento sindical organizado.

Programam-se ações em dois planos. Um, buscando negociações com o Congresso Nacional e com o governo, com partidos políticos e na articulação de alianças em torno a um projeto alternativo. O outro, formativo da própria consciência dos trabalhadores, através de cursos específicos, palestras, atos públicos. Prevê-se uma campanha em jornais, rádios e tevês.

Está previsto um acompanhamento jurídico permanente. Deverá se estabelecer um Dia Nacional de Luta em Defesa do Patrimônio Nacional, com a paralisação de atividades e a realização de atos envolvendo toda a sociedade.

A seguir, publicamos os trechos mais importantes dos documentos aprovados na Conferência.

Privatização Não

Desnacionalização da Indústria

"Embora tenha sido definido pelo Congresso Nacional um limite de 40% do capital votante para compradores estrangeiros no atual processo de privatização, as ações do governo levam a crer que o risco da desnacionalização é grande.

O presidente do BNDES, Eduardo Modiano, durante recente palestra em Londres para os interessados na privatização, afirmou: "Essa não é uma limitação real. Podem ser feitos acordos legais de acionistas que garantam o controle de fato".

Na área da siderurgia, o Brasil corre o risco de se tornar um mero fabricante de aço semi-acabado - de baixo valor agregado - caso o controle das empresas estatais passe às mãos de empresas siderúrgicas estrangeiras que possuam uma capacidade tecnológica bastante superior à existente no país. As empresas certamente não terão interesse de desenvolver no país produtos siderúrgicos de maior conteúdo tecnológico, porque iriam disputar mercados mais sofisticados, por elas já dominados.

Sucateamento das empresas

Os vários encontros de Eduardo Modiano, presidente do BNDES em Londres mostraram que os maiores interessados no programa de privatização brasileiro são os bancos credores, que querem livrar-se da dívida brasileira, usando o programa de privatização, e os vários tipos de intermediários (bancos de investimentos, consultorias, advogados, agências de publicidade), para quem o programa significa comissões. O terceiro tipo potencial de participante do programa praticamente não apareceu: as empresas interessadas em comprar as estatais brasileiras.

Um banqueiro fortemente envolvido na privatização brasileira afirma que tem havido, até agora, pouco interesse por parte de potenciais compradores(1). Segundo o banqueiro, o único país onde ele tem encontrado interesse em algumas das estatais brasileiras, é a Alemanha. Nem mesmo a Finsider, siderúrgica italiana, que tem 5,5% do capital da CST, está interessada em entrar no processo.

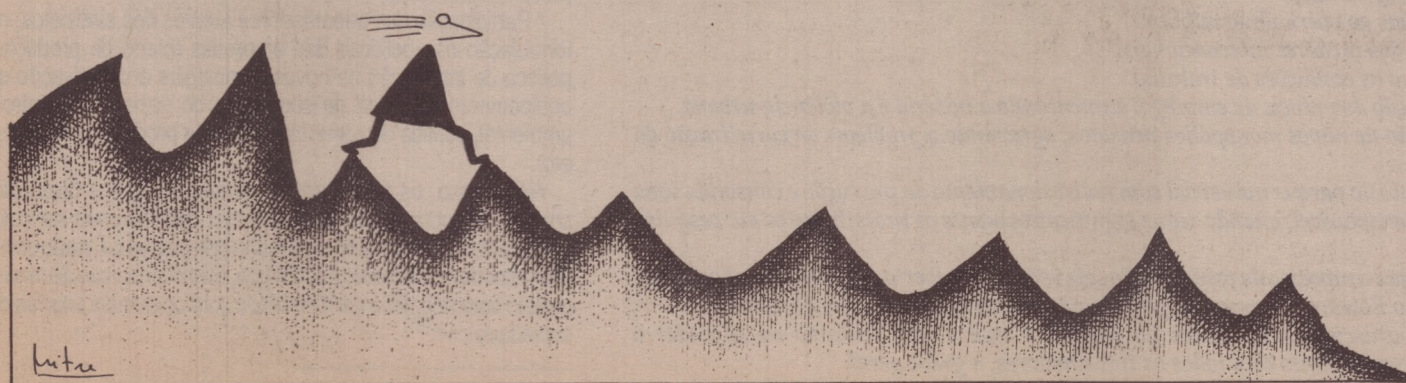
A aquisição das empresas estatais por bancos ou empresas não diretamente ligadas à atividade siderúrgica, pode conduzir a um quadro de sucateamento da indústria siderúrgica brasileira, na medida que os novos donos não tendo interesse em investir nas empresas, as conduziram à desatualização tecnológica, perdendo a condição de competirem em condições de igualdade em um mercado altamente concorrencial como o do aço. A aquisição será simplesmente uma troca de títulos de uma dívida de pagamento incerto, por algum tipo de patrimônio, que na primeira oportunidade será passado adiante.

Estagnação do país

Para o Brasil retornar ao crescimento econômico, é fundamental a organização de investimentos em infra-estrutura. Após um longo período de estagnação econômica, as previsões são de que o setor privado se voltará para si próprio, investindo em mais eficiência, produtividade e na correção da defasagem tecnológica(2).

Segundo o professor Ricardo Bielshowski (2), da UFRJ, há poucas razões para otimismo em relações à maciça injeção de capital privado nos investimentos de infra-estrutura - Us\$ 20 bilhões anuais - necessários durante a década de 90, para evitar a possibilidade de colapso em setores essenciais para a expansão da economia: energia elétrica, transportes e telecomunicações.

A privatização significará danos ao patrimônio público pois as empresas serão vendidas a preços inferiores aos que realmente valem.



SINDICAL

Danos ao patrimônio público

A conversão da dívida externa em ações das estatais esconde um perverso mecanismo de lesar o patrimônio público. O governo definiu um deságio de 25% nos títulos da dívida externa brasileira para participação nos leilões de privatização, enquanto o deságio observado no mercado secundário de títulos atinge 75%. Isto quer dizer que os preços efetivamente pagos pelas empresas privatizadas serão 3 vezes menor que os preços divulgados à população.

Outra questão séria é: como avaliar as empresas para a venda? O correto seria o governo avaliar todo o potencial da empresa e não a sua situação atual. Existem empresas, como a Açominas e a CST, que são usinas inacabadas e que, com pequenos investimentos, poderiam ser aumentadas significativamente e diversificadas a sua produção. Se isto não for considerado no processo de avaliação, como tudo indica que não será, o preço de venda vai ser muito menor do que as empresas valem na realidade.

Além disso, consultores da área da privatização observam que o governo vai fazer um mau negócio iniciando o processo de privatização em 1991, quando a economia deve estar mergulhada na recessão. As estatais serão vendidas por preços inferiores aos que seriam obtidos com atividade em alta, prevêm (3).

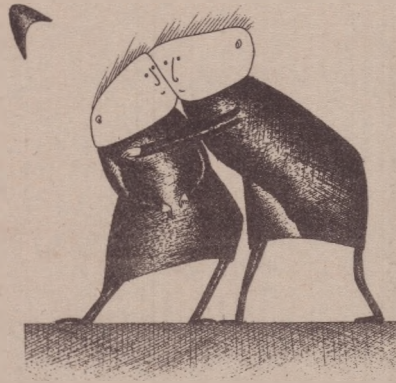
Continuidade da falta de capital

Recentemente, falando na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Eduardo Modiano, presidente do programa nacional de desestatização, referiu-se à privatização como um programa desenhado, não para trazer caixa ao governo, mas para converter dívida pública e dívida externa e melhorar a posição financeira do setor público (4). Segundo ele, "é uma boa saída para a dívida externa e interna. Estamos trocando o passivo por ações. Cada um paga como pode", e continua afirmando que "os recursos gerados serão utilizados apenas no resgate da dívida".

Segundo a Trevisan Consultores e Auditores(5), o plano do governo é ambicioso, quando prevê uma arrecadação de US\$ 18 bilhões em 5 anos, enquanto em toda a década de 80 as privatizações do Brasil somaram US\$ 720 milhões.

Os US\$ 18 bilhões previstos pelo governo correspondem a um conjunto de empresas produtivas nas áreas de siderurgia, petroquímica, transporte e metal-mecânica.

Já estão com consultores definidos e com prazo final para



A privatização no momento atual será apenas uma troca de papéis desvalorizados (títulos de dívida) por patrimônio.

Manifesto

"A presença do estado no processo produtivo brasileiro foi indiscutivelmente o principal fator de desenvolvimento nas últimas cinco décadas. Entretanto, a participação do estado na atividade econômica e na sociedade foi marcada pelo autoritarismo e em benefício da acumulação privada e da concentração de renda.

No momento atual o país encontra-se na mais grave crise da história de sua industrialização, que ameaça a sociedade brasileira em todos os níveis. O estado tem um papel fundamental na retomada do desenvolvimento econômico e social.

No entanto, a política do Governo Collor promove exatamente o desmantelamento do setor público e vem mais uma vez favorecer os interesses do grande capital, acelerando a perda da soberania nacional. Conduz ainda:

- *À profunda desnacionalização de importantes setores da economia brasileira.*
- *Permite a iniciativa privada trocar papéis desvalorizados dos títulos da dívida pública por patrimônio do Estado.*
- *Perpetua a estagnação econômica.*
- *Representa graves danos ao patrimônio público.*
- *Favorece os interesses dos credores internacionais.*
- *Rebaixa salários e piora as condições de trabalho.*
- *Contribui para a redução dos níveis de emprego, aumentando a miséria e a violência urbana.*
- *Apointa para a formação de novos monopólios privados, agravando o problema da cartelização da economia brasileira.*
- *Promove o sucateamento do parque industrial com redirecionamento da produção e consolida uma defasagem tecnológica intransponível, quando reduz significativamente os investimentos em pesquisa básica.*

Por tudo isso, exigimos que o processo de privatização seja revertido e aberto o debate com a sociedade organizada sobre o papel do Estado na economia, pois ele não interessa à classe trabalhadora.

Os trabalhadores estão conscientes dos danos do governo Collor e não hesitarão em defender o patrimônio público, preparando, junto com todos os trabalhadores, a greve geral.

Os trabalhadores nas empresas estatais têm propostas alternativas concretas e estão dispostos e decididos a apresentá-las à sociedade brasileira, seus setores organizados e ao Congresso Nacional."

auditoria, as seguintes empresas: USIMINAS, USIMEC, CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aços, Finos Piratini, COSINOR, CELMA - Companhia Eletromecânica, MAFERSA, GOIASFÉRTIL, CARAÍBA, INDAG, ARAFÉRTIL, Empresa de Navegação da Amazônia, Serviço de Navegação da Bacia do Prata, Companhia de Navegação do São Francisco, ICC - Indústria Carboquímica Catarinense, COPEL, TRIUNFO, PPH, POLISUL, PETROFLEX, NITRIFLEX, ÁLCALIS, ALCANORTE, FOSFÉRTIL, ULTRAFÉRTIL E NITROFÉRTIL.

A partir de abril de 91 dar-se-á início ao processo de privatização, com a seleção dos consultores, para a Acesita, Açominas, CSN e Cosipa; além da Light, Excelsa e Petroquímica União.

Será que vale a pena entregar todo esse patrimônio "de mão beijada" para acalmar os agiotas internacionais?

Democratização Sim

É verdade que a privatização das Empresas Estatais do setor produtivo traria prejuízos incalculáveis à população brasileira. Mas por outro lado, não podemos concordar com a permanência do desmando e da corrupção em sua administração, como acontece na maioria dos casos, fruto de sua utilização pelos interesses privados e do gerenciamento autoritário.

Aos trabalhadores interessa não somente a necessária recuperação da saúde financeira e eficiência técnica das empresas do Estado, mas principalmente a moralização e a democratização de sua gestão, ou seja, interessa fundamentalmente o controle do patrimônio público pela sociedade brasileira.

Este é um problema de vontade política daqueles que exercem o poder.

Em relação aos aspectos gerais, a sociedade civil vem elaborando algumas propostas nesse sentido, tais como:

* Adoção de mecanismos permanentes de fiscalização da gestão das empresas pelos trabalhadores, pelo Congresso Nacional;

* Participação dos trabalhadores na gestão das empresas, através de eleições para representantes na diretoria, conselho fiscal e conselho de administração;

* Criação pelo Congresso Nacional de sistema de avaliação de desempenho das Empresas Estatais, definindo limites para o seu endividamento;

* Gestão autônoma pelos trabalhadores, da Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e das Entidades de Previdência Privada Fechada.

No que diz respeito às formulações mais específicas, o movimento dos trabalhadores vem constantemente propondo em suas pautas de reivindicações, soluções para a democratização das Empresas Estatais, no seu cotidiano, tais como:

* Garantia de acesso permanente dos sindicatos aos dados dos diversos setores das empresas: produção, rendimento, produtividade, qualidade, estoques, compras e vendas, contratos, situação financeira, introdução de inovações tecnológicas, modificações na organização do trabalho, estrutura ocupacional, planos de cargos e salários, etc;

* Admissões somente através de concurso público para todos os níveis;

* Adoção da prática de concursos internos para preenchimento de cargos importantes na estrutura das empresas. Os aprovados quanto à capacitação técnica participariam posteriormente de eleições entre os trabalhadores envolvidos;

* Adoção de plano de carreira para todas as funções, devidamente acoplado a um programa de formação profissional;

* Admissão dos trabalhadores das empreiteiras que executam serviços permanentes;

* Criação de Comissões de Fábrica, com eleições dirigidas pelos trabalhadores;

* Participação dos trabalhadores através dos sindicatos, na formulação das políticas das empresas (plano de produção, política de introdução de novas tecnologias e desativação de equipamentos, política de segurança do trabalho e controle ambiental, política de comercialização de produtos e serviços, etc).

Além disso, os trabalhadores entendem que a discussão sobre a democratização das empresas estatais deve ser colocada dentro de um projeto, que tenha como base o Estado como promotor do crescimento econômico, com distribuição de renda, projeto este que deve ser formulado com os demais setores da sociedade civil."

(1)Gazeta Mercantil, 29/01/1991

(2)Relatório Reservado, 12/03/1990

(3)Folha de São Paulo, 22/12/1990

(4)Gazeta Mercantil, 21/02/1990

(5)Folha de São Paulo, 09/07/1990.

Ventos novos

Rodrigo Azevedo e Mário Diniz

A política de ataque frontal do governo Collor contra a Universidade Pública no Brasil, expressa através do corte de verbas e da tentativa de desresponsabilizar o Estado diante do Ensino Superior, vinculando-o à iniciativa privada, leva o movimento estudantil a uma compreensão generalizada de que o 41º Congresso da UNE, confirmado para Campinas nos dias 30 e 31 de maio e 1 e 2 de junho, constitui-se em um momento decisivo e imprescindível para preparar a resistência. Um Congresso onde nosso partido deve investir toda sua energia, evitando uma dinâmica fracional e procurando constituir-se efetivamente em uma alternativa de direção para a UNE.

Foi com esta compreensão que propusemos, em dezembro de 90, na plenária do PT realizada durante o Seminário Nacional de Reconstrução do Movimento Estudantil, a realização do IVº Encontro Nacional de Estudantes Universitários do PT.

Graças à iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude do PT, hoje sob a responsabilidade do companheiro Jorge Almeida, da Executiva Nacional do PT, o Encontro foi viabilizado. Dele participaram 65 delegados vindos de 14 estados, com a presença de cerca de mil estudantes filiados ao partido nos encontros de base, significando assim o maior e mais representativo encontro estudantil realizado até hoje pelo PT.

Durante o Encontro, constituíram-se dois campos claramente demarcados no debate. De um lado um campo formado pela Democracia Socialista, com 30% dos delegados, pela Articulação com 40%, com a participação da Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista e Nova Esquerda, apontando para a necessidade de construir um "perfil partidário" no movimento estudantil. Entendendo a luta no interior da Universidade como um espaço estratégico para, a partir da apresentação de um programa classista, voltar a produção do conhecimento para os interesses dos trabalhadores e da transformação social. De outro lado, a Convergência Socialista e O Trabalho na Luta pelo Socialismo, priorizando a demarcação de posição e com uma elaboração que, a partir da constatação de que a "Universidade que queremos só é possível no socialismo", subestima a discussão sobre qualidade de ensino, formação profissional e a própria disputa plena pela elaboração do produto final, o conhecimento.

Esta divisão não surge neste IVº ENEPT, mas sim no processo de amadurecimento e aprofundamento do diálogo entre as tendências no interior da Coordenação Nacional de Estudantes Universitários do PT. A CS, com 5 membros em 15, nunca participou, numa posição clara de esvaziamento da instância partidária para priorizar sua própria construção.

A elaboração de uma tese unificada previamente ao Encontro pela DS, Articulação e Nova Esquerda, alcançou o objetivo de viabilizar o próprio andamento do ENEPT, centrando a discussão nos pontos realmente polêmicos. Ao mesmo tempo, permitiu a constituição de um novo patamar na elaboração do partido.

Resistência ao neoliberalismo

Na tese aprovada, alguns pontos devem ser ressaltados: a crítica dura à postura da CUT no episódio do "entendimento nacional", aprovada consensualmente, o chamamento à preparação da greve geral, a busca de respostas à crise do papel social do movimento estudantil, com propostas que incluem reestruturação das entidades. Na tentativa de responder ao "Projetão" de Collor na Universidade, foi aprovada a proposta de realização de um "Congresso Universitário Nacional", que reúna, além de estudantes, professores e funcionários das Instituições de Ensino Superior, todos os setores do movimento sindical vinculados à educação, assim como representantes do movimento operário e popular.

A adesão da Nova Esquerda a esta tese significa, acima de tudo, a incapacidade deste setor em apresentar de forma clara suas formulações "modernizantes" no movimento estudantil, o que tem levado a um definhamento cada vez maior de seu peso político, comprovado pela presença de apenas cinco delegados no ENEPT. Isto se evidenciou na discussão de conjuntura, onde



os companheiros assinaram conjuntamente com a DS, Articulação e Força Socialista uma tese que propunha claramente o combate as posições social-democratizantes no interior do partido. Ao final, abstiveram-se da votação.

Ao término do Encontro, a aprovação de uma moção crítica à participação do PT no 40º Congresso da UNE, onde a unidade e a discussão com o conjunto dos militantes do partido foi substituída por acordos de cúpula, demonstrou a vontade política de buscar uma nova relação entre as tendências, que deve marcar a atuação do PT no 41º Congresso da UNE.

A partir do novo patamar alcançado pelo partido neste IVº ENEPT cabe-nos agora a tarefa de reproduzir a discussão no interior do movimento, garantindo um amplo processo de mobilização para o 41º Congresso, que nos capacite a gestar um amplo movimento de resistência à política neo-liberal na Universidade. □

O mais representativo encontro dos estudantes petistas abre caminho para transformar a UNE em uma poderosa barreira à implantação do projeto neo-liberal na Universidade.

Eixos de disputa

A tese aprovada ressalta que "o papel social do movimento estudantil é disputar a produção do conhecimento, arrancando este valor das rédeas das classes dominantes, colocando-o a serviço da população mais carente ... o fundamental é colocar as técnicas, os conhecimentos, as elaborações científicas propiciadas pela universidade, junto com o próprio saber, a serviço da classe trabalhadora"

Além da resistência à política do governo e a vinculação da luta por mais verbas com a luta por democracia e autonomia das universidades, definiu-se a luta no interior da Universidade como um espaço que possibilita "o acirramento das contradições através do desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa participante, que criem vínculos com o movimento democrático, sindical e popular. Uma luta que traga para o seio da Universidade as contradições sociais e a luta de classes, com um perfil político, cultural e ideológico". Além disso, o Encontro aprovou uma resolução sobre as escolas pagas que aponta para a elevação do grau de organização dos estudantes, aliando a luta contra os aumentos à busca da democracia, liberdade de organização e qualidade de ensino.

Para aprofundar a organização do partido e viabilizar a discussão das resoluções em todo o país, foi eleita uma Coordenação Nacional de Estudantes Universitários do PT, composta pelos seguintes companheiros: Gerson Bittencourt (Art./RS), Alexandre Padilha (Art./SP), Alexandre Vieira (Art./BA), Reginaldo Sales Magalhães (Art./MG), Mário Diniz (DS/RS), Luis Fernando Lopes Pereira (DS/PR), Marcelo Souza (DS/RJ), Cláudio Langoni (NE/RS), Arnaldo Mucci (CS/SP) e Alberto Handfas (OTLPS/SP).

Marcelo Souza

Um Congresso na esquina da história



João Machado

O XIII Congresso Mundial da IV Internacional (Secretariado Unificado - SU) realizou-se na Itália, de 7 a 17 de fevereiro. Reuniu cerca de duzentos delegados e observadores, representando oitenta organizações de 48 países.

Representantes de organizações de países, principalmente do Oriente Médio, não puderam estar presentes, principalmente devido à situação criada com a guerra, mas enviaram saudações escritas. Foi constituída uma presidência honorária do Congresso de prisioneiros políticos, da IV Internacional e do movimento revolucionário em geral, e de vítimas da repressão burguesa e burocrática nos últimos anos - entre estes, o brasileiro Chico Mendes.

Foi feita, além disso, uma homenagem aos militantes da IV Internacional mortos desde o último Congresso - entre eles o companheiro José Marques, da Paraíba.

A maioria das seções da IV Internacional que participaram do Congresso estão na Europa e na América Latina. Destas, as mais importantes são, na Europa: a LCR - Liga Comunista Revolucionária, da França; a LCR - Liga Comunista Revolucionária, do Estado Espanhol; a Associação IV Internacional, na Itália; o Partido Socialista, na Suécia; o Partido Operário Socialista, POS, da Bélgica; a Corrente Inprekor, na Alemanha; o Partido Socialista Revolucionário, PSR, de Portugal; o Grupo Socialista Internacional (ISG), da Grã-Bretanha; e na América Latina, o PRT, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, do México (hoje a seção mais numerosa da IV Internacional); a Democracia Socialista, do Brasil; e o PST, Partido Socialista dos Trabalhadores, do Uruguai.

Fora da Europa e da América Latina, três fatos marcaram o novo momento da nossa corrente. Em primeiro lugar, o pedido de filiação do Nava Sama Samaja Party, hoje o maior partido operário do Sri Lanka, na Ásia; um crescimento importante das forças da IV Internacional nos países árabes e na África negra; e a presença de núcleos importantes da Europa do Leste. Nesta última região, embora as forças organizadas da Internacional sejam ainda muito reduzidas (como de resto todas as forças da esquerda socialista) contamos hoje com lideranças importantes, como Josef Pinior, da Polônia, um dos dirigentes históricos do sindicato Solidariedade de 1980-81 e do período da luta clandestina, e Petr Uhl, deputado na Tchecoslováquia, um dos dirigentes históricos da Carta 77, agrupamento que liderou a luta democrática e anti-burocrática no país. O companheiro Petr Uhl, passou nove anos na prisão, no fim dos anos 70 e no início dos anos 80.

Esforço de síntese

É um fato significativo, que revela muito da concepção atual da IV Internacional (SU), que várias seções participem hoje de partidos ou organizações mais amplas, junto com outras correntes classistas e revolucionárias. Nesta linha, o caso mais bem sucedido, no momento, é o nosso, no Brasil, onde a Democracia Socialista é uma Tendência Interna reconhecida pelo PT, com uma participação desde a primeira hora na construção do partido, e hoje extremamente integrada na sua direção.

Mas há outros casos significativos. Na Itália, os militantes da seção participam da Democracia Proletária, a mais importante organização política à esquerda do PDS (atual nome do antigo Partido Comunista Italiano). Na Alemanha, os militantes da seção participam do VSP (Partido Socialista Unificado) junto com outros companheiros (e aí, curiosamente, sobretudo companheiros de origem "albanesa"); nos Estados Unidos, um dos grupos da Internacional participa do Solidarity junto com outros companheiros; no Peru, os militantes identificados com a IV Internacional, como o Senador Hugo Blanco, participam do PUM (Partido de Unidade Mariateguista); na Colômbia, participam da organização A Luchar; no Uruguai, o PST é um partido independente, mas tem como uma de suas atividades fundamentais a construção do MPP (Movimento de Participação Popular), que agrupa os setores mais à esquerda da Frente Ampla, como os Tupamaros e o PVP (Partido pela Vitória do Povo). No País Basco e no Estado Espanhol, os companheiros da Internacional estão engajados em um processo de fusão com o MK (Movimento Comunista Basco)

e o MC (Movimento Comunista, do Estado Espanhol). Os partidos que nascerão proximamente dessas fusões, segundo acordos já definidos, não serão seções da IV Internacional, mas manterão com ela relações fraternais, comprometendo-se a participar regularmente de suas discussões e atividades (como a Escola de Amsterdam) e a distribuir aos seus militantes as suas publicações.

Ou seja, em condições diversas, segundo as distintas realidades dos vários países, os militantes identificados com a IV Internacional (SU) estão engajados em esforços de unificação da esquerda socialista, a partir da convicção de que a construção de partidos revolucionários de massas e uma nova Internacional não pode ser realizado por uma única corrente, mas sim a partir da síntese de diversas sensibilidades e de distintas origens.

Finalmente, com relação ainda aos membros da Internacional, é importante destacar que participaram do Congresso dois velhos militantes, que foram calorosamente saudados por todos os participantes: Morris Stein, que ingressou no Partido Comunista da Rússia logo após a Revolução Russa, e que depois tornou-se membro fundador do movimento trotskista nos Estados Unidos e da IV Internacional; e Charlie Van Gelderen, originário da África do Sul, o único participante do XIII Congresso que esteve também no Congresso de Fundação em 1938.

Convidados e observadores

O Congresso foi marcado também pela presença significativa de observadores convidados, representantes de partidos e organizações com os quais a IV Internacional (SU) mantém relações fraternais.

Em primeiro lugar, o companheiro José Dirceu, Secretário Geral do PT, que foi um dos que receberam aplausos mais calorosos dos participantes (além do nosso conhecido grito: "Partido! Partido! é dos Trabalhadores", naturalmente puxado pelos representantes brasileiros). Além de Zé Dirceu, havia representantes da Democracia Popular, da República Dominicana; do Partido Democrático Popular, do Paraguai; do Movimento Comunista, do Estado Espanhol; do MK, do País Basco; da Lutte Ouvrière, da França; do VSP, da Alemanha; da Esquerda Unida, da ex-Alemanha Oriental; da Alternativa de Esquerda, da Tchecoslováquia; da Organização para a Ação Socialista, da África do Sul.

Um fato extremamente significativo, que mostra bem como o mundo está mudando: estavam presentes os companheiros Alexander Buzgalin, desde o último congresso membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, e Andrei Kolganov, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Rússia, ambos dirigentes da Plataforma Marxista do PC da URSS, equivocadamente mencionada na imprensa aqui como "ligachevista". Havia ainda representantes de pequenos grupos de esquerda da URSS e um membro do PDS (Partido do Socialismo Democrático, da Alemanha, o antigo partido dirigente na ex-RDA, que foi profundamente modificado).

Havia um certo número de convidados individuais presentes. Entre eles, o companheiro Pierre Broué, importante historiador marxista, especializado na história do trotskismo, recentemente excluído da corrente lambertista; Adolfo Gilly, dirigente do Partido da Revolução Democrática no México; e Gilles Perrault, conhecido escritor francês, profundamente engajado na luta anti-imperialista.

Não puderam estar presentes, mas enviaram saudações, entre outros, o Partido da Ação Comunista da Síria e o MLN (Tupamaros) do Uruguai.

Neste número do EM TEMPO publicamos a primeira parte da principal resolução aprovada, sobre a situação mundial. No próximo número continuaremos a publicação desta resolução, um resumo e um comentário sobre os pontos da pauta e os debates, bem como os trechos principais da saudação feita pelo companheiro José Dirceu em nome da direção do PT. □

A situação mundial

I - Uma guinada na história mundial

A queda dos regimes burocráticos da Europa do Leste, o abalo em profundidade da burocracia soviética, a reunificação da Alemanha, a guerra do Golfo marcam uma grande guinada na história mundial. Tem fim o cenário que prevaleceu desde a segunda guerra mundial. O fim deste período significa a abertura de uma fase de instabilidade, em particular naquelas regiões onde as duas potências dominantes equilibravam-se em uma certa medida: Oriente Médio, sub-continentes indiano, sudeste asiático...

A redução da União Soviética à condição de potência regional pode, por outro lado, exacerbar as tensões entre as potências imperialistas que buscam assegurar a liderança mundial. Não apenas nas zonas tradicionalmente consideradas como suas zonas de influência, mas a partir de agora em uma escala planetária, os Estados Unidos, a Europa e o Japão sentem as mãos livres para estabelecer uma dominação neo-colonial.

Através de um desenvolvimento impetuoso das forças produtivas, ao preço de um empobrecimento crescente do Terceiro Mundo na última década, o capitalismo exerceu as contradições das economias fechadas e burocraticamente planejadas e arruinou as esperanças de "alcance e superação" das sociedades ocidentais anunciadas por Krushev. A queda dos regimes burocráticos sob o efeito do despertar dos trabalhadores e dos povos destes países, mas também sob a pressão do mercado mundial, fornece em um primeiro momento vantagem ao imperialismo: a derrubada das ditaduras é uma vitória dos oprimidos, mas a afirmação de tendências à restauração capitalista é uma derrota dos interesses históricos dos explorados. Esta vitória não oferece, entretanto, uma saída real à onda longa de estagnação e de crise econômica do capitalismo inaugurada em meados dos anos setenta. O capital deveria reconquistar para superá-la novos espaços e mercados de uma dimensão mais importante que aquela do Leste Europeu, enquanto que apenas nesta escala, ele já enfrenta obstáculos consideráveis.

A existência de ditaduras burocráticas na Europa do Leste constituía para o capitalismo a fonte mais segura de rejeição às aspirações socialistas nos países desenvolvidos. A queda destas ditaduras abre, portanto, novas perspectivas. A época na qual o movimento operário internacional diferenciava-se em função da vitória e da degenerescência da revolução russa encerrou-se. Se a revolução russa, enquanto experiência fundadora, constitui ainda hoje uma contribuição histórica e programática sempre necessária a um projeto autêntico de transformação socialista, ela não representa mais a referência estratégica central em função da qual se definem os revolucionários do mundo inteiro.

O programa de fundação da IV Internacional sintetizava a experiência bolchevique da revolução russa e o programa da luta contra a degenerescência estalinista da primeira revolução socialista vitoriosa. Esta referência continua necessária, mas ela não é suficiente. O fracasso das economias de comando burocrático, as lições das lutas revolucionárias recentes, da Polônia de 1981 à Nicarágua sandinista, a potência das aspirações democráticas em escala planetária, inspiram as referências do programa a ser colocado em prática para tornar o projeto socialista atrativo e com credibilidade na fronteira do século XXI.

A vontade de decidir o seu destino com todo o conhecimento de causa tornou-se o elemento marcante, comum aos movimentos populares, tanto no Leste como nas metrópoles imperialistas ou nos países dependentes. A perspectiva de uma democracia que não se limita mais ao direito de voto e ao jogo parlamentar, que reúna o cidadão e o produtor, com plena participação nas decisões e pleno controle sobre sua aplicação, traduz a evolução da sociedade onde a mais ampla democracia aparece não somente como uma condição de justiça, mas também de eficácia econômica. Sociedades mais e mais complexas não podem ser geridas por um sistema de centralização econômica e de monopólio de informação que reduzem a democracia ao domínio político.

A autogestão generalizada afirma-se como alternativa socia-

lista ao estalinismo. Concebida não como simples gestão em unidades de produção isoladas, indiferentes umas às outras, mas como de regulação global descentralizado, esta perspectiva é a única a oferecer uma resposta seja à ditadura do mercado, seja à ditadura da burocracia. O programa revolucionário de nossa época será a síntese de novas experiências dos explorados e dos oprimidos em escala internacional. A IV Internacional insere a sua experiência, sua continuidade teórica e política nesta luta.

II - O quadro geral

Em 1989, após décadas de repressão e paralisia, as massas do Leste Europeu subitamente irromperam na cena histórica. Entretanto, o ano de 1990 viu o imperialismo infiltrar-se na brecha, estender sua influência no Leste Europeu e alcançar uma vitória espetacular com a absorção da RDA pela RFA. O Imperialismo americano beneficiou-se do enfraquecimento da burocracia soviética e de sua cooperação aberta para intervir massivamente no Golfo Pérsico no sentido de impor sua concepção de nova ordem mundial. Estes desenvolvimentos contraditórios traduzem mudanças que haviam começado bem antes das rupturas no Leste Europeu.

•Desde meados dos anos setenta, a distância entre a produtividade do trabalho, a capacidade de inovação econômica e de reprodução social ampliada, na URSS e nos países do Leste de um lado, e nas metrópoles imperialistas, de outro, acentuaram-se em favor destas últimas. A falência das economias burocraticamente planejadas da Europa do Leste é o culminar de uma crise estrutural: desde o alcance da fase de acumulação intensiva, este sistema não pôde rivalizar com os países imperialistas em termos de produtividade; desde meados dos anos setenta, ao invés de se reduzir, a distância cresceu novamente em benefício das metrópoles imperialistas.

•Nestas metrópoles, sem ter passado por uma derrota histórica, o movimento operário sofreu derrotas parciais suficientes para permitir à burguesia tomar a iniciativa.

•Aos olhos de milhões de trabalhadores, a bancarrota do estalinismo golpeia a credibilidade do projeto comunista enquanto projeto de uma sociedade sem classes e enquanto estratégia revolucionária para alcançá-la.

•A social democracia faliu igualmente em sua pretensão de assegurar uma transformação radical da sociedade, o que golpeia a credibilidade do próprio projeto socialista.

A unificação imperialista da Alemanha, o fracasso eleitoral da Frente Sandinista e a evolução da situação na América Central, as negociações sobre a África do Sul, as ameaças a Cuba, a marginalização das opções socialistas independentes nas primeiras eleições realizadas no Leste Europeu, a fraca atividade do movimento operário nos Estados Unidos e no Japão, a situação defensiva na Europa Ocidental ilustram esta degradação das relações de força. Em numerosos fronts da luta de classe internacional, os movimentos revolucionários foram colocados na defensiva.

Entretanto, nada está consolidado nem estabilizado.

A crise de direção imperialista não foi resolvida. O projeto de restauração capitalista nos países do Leste Europeu, na URSS ou na China confrontam-se com obstáculos econômicos, sociais e políticos consideráveis. A onda longa de estagnação econômica começada no início dos anos setenta não foi superada nem controlada. A deterioração da situação nos países dependentes coloca na ordem do dia explosões sociais.

É, portanto, a instabilidade mundial e não uma nova ordem que está na ordem do dia. Ela anuncia enfrentamentos maiores cuja saída depende da capacidade do movimento operário reconquistar a sua independência diante da burguesia e da burocracia, de se reorganizar, de definir um projeto tirando as lições dos grandes fracassos do século. Mas o impasse das políticas reformistas nos países capitalistas e a falência do sistema burocrático conduzem a uma colocação em dúvida de todo o projeto socialista. Esta perda de credibilidade não impede a eclosão de explosões sociais, as lutas de resistência, as grandes mobilizações democráticas, mas freia a cristalização desta energia social em torno de um novo projeto revolucionário de transformação social e pesa sobre a formação da consciência de classe.

Em numerosos fronts da luta de classes internacional, os movimentos revolucionários foram colocados na defensiva. Entretanto, nada está consolidado nem estabilizado.



III - A guerra do Golfo é expressão das tendências e das contradições da nova situação.

Pela primeira vez desde a guerra do Vietnã, o imperialismo americano assumiu o risco de uma intervenção militar massiva. Valeu-se para isso do apoio ativo de outras potências imperialistas, da cobertura das instituições internacionais, do apoio das classes dirigentes árabes e, pela primeira vez em caso semelhante, de uma colaboração direta das burocracias soviética e chinesa.

Para o imperialismo, os desafios desta prova de forças são múltiplos. Trata-se de:

- Assegurar um controle reforçado sobre as fontes de petróleo e de proteger Estados cuja função de reciclagem direta dos petrodólares nas economias imperialistas é mais do que nunca necessário, especialmente em relação às necessidades de financiamento do déficit orçamentário americano e dos investimentos requeridos para uma restauração do capitalismo no Leste Europeu.

- Assegurar o dispositivo militar imperialista, assegurando-lhe uma nova legitimidade, reorientando-o em direção aos países dependentes.

- Esmagar na origem as lutas de libertação populares, ou mesmo as ambições de resistência populista ou nacionalista de burguesias do Terceiro Mundo tentadas a tirar partido da reorganização mundial para estender a sua influência regional em detrimento dos interesses imperialistas.

- Enfim e sobretudo, contrabalançar por sua supremacia militar o seu declínio econômico face aos concorrentes japoneses e alemães, exigindo deles e de seus parceiros petrolíferos no Golfo, o financiamento de seu esforço militar, os gastos suplementares do Terceiro Mundo assim como vantagens comerciais.

Esta operação não se dá sem riscos para o próprio imperialismo e pode desembocar em um conflito regional com desdobramentos mundiais.

Se ela não constitui a causa de uma nova recessão cujos indícios eram já perceptíveis, tanto nos EUA como na Grã-Bretanha, a crise do Golfo põe em evidência as fragilidades estruturais da economia mundial e desmente categoricamente as proclamações triunfalistas sobre a "saída da crise". A guerra arrisca incendiar toda a região sem oferecer uma solução rápida e global.

Uma guerra prolongada enfraqueceria economicamente as potências envolvidas, dividiria o front militar e avivaria as rivalidades entre os imperialismos dominantes na busca de uma nova liderança. As consequências da guerra do Golfo e dos esforços para impor uma nova ordem mundial podem desencadear uma nova vaga de lutas antiimperialistas nos países dependentes. Nos EUA e em inúmeros países da coalizão, as primeiras mobilizações contra a guerra e pela retirada das tropas demonstraram as possibilidades de um poderoso movimento anti-guerra.

IV - Transformações e decomposição dos regimes burocráticos da Europa do Leste: quais repercussões?

1. A queda das ditaduras burocráticas na Europa do Leste e as convulsões do regime soviético constituem o acontecimento político mais importante desde a segunda guerra mundial e a revolução chinesa. A crise generalizada do sistema burocrático não poupou nenhum dos países do Leste, realçando a sua falência histórica.

As sublevações populares da RDA, Tchecoslováquia, Romênia, exprimindo as aspirações democráticas e a rejeição de um sistema fundado sobre privilégios e opressão, liberaram uma formidável energia social. Neste sentido, trata-se de um início da revolução anti-burocrática.

Buscando responder através de reformas ao bloqueio da sociedade soviética e aos riscos de explosões sociais anunciadas na Polônia, a política de Gorbachev ficou no meio do caminho. As raízes sociais da crise de dominação burocrática e das tentativas de reformas residem no antagonismo que opõe burocracia e proletariado no seio de sociedades que se transformaram. A gestão burocrática, que expressa a forma tomada pela exploração específica no seio destas sociedades, entra em contradição com o desenvolvimento cultural, técnico, social e coloca na ordem do dia uma tentativa de reestruturação do modo de dominação.

Em nenhuma parte, entretanto, ela pode oferecer uma saída atrativa às aspirações populares de viver melhor, que expressem-se de forma mais e mais independentes. Sua tentativa de superar a crise política e social por uma reforma política que antecederesse a reforma econômica, o espaço aberto a uma reconstituição da opinião pública e a formas de organização

política independente, o desengajamento soviético que eliminou o medo de uma intervenção militar contribuíram para precipitar a explosão.

Um equilíbrio internacional se rompeu, sem que um novo equilíbrio esteja em vista. Não é apenas uma crise dos países do Leste mas uma crise das relações globais instauradas no fim da guerra que começa, podendo desembocar em crises nacionais e sociais profundas. A retomada da política de coexistência pacífica com o imperialismo alia-se a uma negociação global sobre os conflitos regionais, em detrimento das forças revolucionárias.

2. Estas transformações geraram evoluções no seio do movimento operário internacional.

A social-democracia tira provisoriamente proveito da imagem repulsiva das ditaduras burocráticas e tende a aparecer como garantia de uma "terceira via", a de um capitalismo democrático e moderado.

A crise do "movimento comunista internacional" atingiu um ponto crítico. A base social dos partidos comunistas tradicionais sofreu uma erosão. Seus laços com a burocracia soviética se tornaram mais frouxos e passaram também por crises.

Um leque amplo de organizações e correntes, que têm a sua história e experiências próprias, procuram uma via política independente do estalinismo e da social-democracia: condenação da repressão de Tien An Men, acolhida positiva à queda do muro de Berlim, apoio crítico a revolução cubana, posição indissociável anti-imperialista e anti-burocrática.

As cristalizações positivas desta recomposição continuam no momento atual minoritárias e dispersas. A aparição de uma oposição socialista e internacionalista nos países do Leste poderiam lhes dar um novo alento.

3. O estalinismo não foi um simples desvio de um curso preestabelecido da história, nem um simples parêntese que pudesse ser fechado. Suas monstruosidades exercem todo o seu peso e seus fantasmas perseguem o presente. O projeto de libertação socialista acabou hipotecado, as palavras já não têm frente a aplastante maioria dos trabalhadores, o mesmo sentido nem encerram as mesmas promessas que no princípio do século. Os povos que rechaçam massivamente o estalinismo não se mobilizam unicamente contra a ditadura totalitária e pelas liberdades democráticas: expressam também o sentimento de um fracasso econômico e social ao não enxergarem no capitalismo mais do que os desempenhos conquistados nas principais metrópoles imperialistas. Ainda não acabamos de pagar o preço disto. A memória e a esperança esperam ser reconstruídas.

A revolução política começa por reivindicações democráticas (eleições livres, pluripartidarismo, independência sindical, liberdade de expressão e autodeterminação das nacionalidades), comuns às forças que lutam pela democracia socialista e as que buscam a restauração capitalista. Não obstante, ambas as vias se diferenciam, não somente pelo conteúdo social da luta, senão pela concepção da democracia.

a. A derrubada da dominação burocrática libera correntes contraditórias. As experiências acumuladas, desde os levantamentos da Polônia e Hungria de 1956 até o Congresso do Solidariedade em 1981, passando pela Tchecoslováquia em 1968 permitiram pensar que a base social da propriedade estatizada favorecerá uma dinâmica de autogestão e democracia socialista contrária à lógica de restauração capitalista.

b. Esta esperança não foi confirmada pela dinâmica atual. Na maioria dos casos (excetuando Polônia e os movimentos de greve na URSS), os trabalhadores se mobilizaram, assim como os cidadãos, ao redor das reivindicações de democracia política e não em um movimento operário independente. As formas de auto-organização mantiveram-se muito mais embrionárias que as ocorridas em 1956 com os conselhos operários húngaros ou as que se expressaram através do Congresso do Solidariedade em 1981. Os núcleos de um movimento socialista anti-burocrático, como os que apareceram na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia, foram desarticulados pela repressão burocrática. A situação segue marcada pelo caráter marginal das correntes revolucionárias e a debilidade das correntes socialistas ou mesmo classistas.

c. Enquanto a greve de massas de agosto de 1980 e a constituição do Solidariedade abriram a via dos movimentos anti-burocráticos de massas, o isolamento relativo dos trabalhadores polacos e seu desarmamento político permitiram a burocracia inflingir-lhes uma derrota parcial mediante o estado de emergência, insuficiente para esfacelar o movimento social, ainda que suficiente para atomizá-lo, quebrar sua dinâmica e influir sobre a evolução política das oposições no conjunto dos países do Leste.

d. As reivindicações nacionais e democráticas das nacionalidades integram a revolta anti-burocrática. Elas exprimem direitos legítimos de povos submetidos a séculos de opressão. Mas a sua dinâmica atual testemunha a incapacidade do movimento operário em encarnar uma solução de conjunto e em abrir uma saída socialista e internacionalista à crise vivida por estes países.

e. As forças favoráveis a uma restauração da economia capita-



O projeto de libertação socialista acabou hipotecado, as palavras já não têm frente à maioria aplastante dos trabalhadores o mesmo sentido nem encerram as mesmas promessas que no princípio do século.

lista, apesar de sua heterogeneidade, estão, no momento, na ofensiva. A evolução do Solidariedade, de organizador de greves a apoiador do governo que a ele se opõe, a trajetória de correntes políticas como o KOR e o resultado das eleições na RDA indicam a mudança de situação.

4. A situação que se desenvolve desde 1989 na Europa do Leste tem a sua origem na crise estrutural das sociedades dominadas pela burocracia, mas também na conjuntura internacional dos anos oitenta. O sistema construído pela burocracia mostrou-se incapaz de sustentar duradouramente a competição com as metrópoles capitalistas no terreno do desenvolvimento das forças produtivas. O fracasso econômico aparece aí como o produto direto do poder burocrático. A partir das reivindicações democráticas lógicas divergentes exprimem-se quanto à solução de conjunto: democracia socialista ou integração no seio do capitalismo ocidental. Esta diferenciação reflete-se sobre a própria concepção de democracia: seja a extensão do poder dos cidadãos produtores em todos os domínios no quadro de um sistema de auto-gestão generalizado, seja a limitação a um parlamentarismo calcado em instituições burguesas como no Ocidente, liberando o campo social aos apetites das forças capitalistas e das máfias saídas da burocracia.

Quando das experiências passadas, das rebeliões na Polônia e Hungria em 1956 à constituição do Solidariedade em 1980, passando pela Primavera de Praga, manifestava-se uma dinâmica de auto-organização e emergência parcial de soluções socialistas. As reivindicações de autonomia de gestão das empresas e de reformas mercantis inseriam-se em uma aspiração confusa de um socialismo auto-gestionário.

Hoje, diante do fracasso econômico e do dinamismo do capitalismo ocidental, elas desembocam nas ilusões sobre as virtudes do mercado. Entretanto, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no plano internacional vai demonstrar a impossibilidade para o Leste Europeu de alcançar o nível de desenvolvimento do ocidente. Estes países podem esperar na melhor das hipóteses um desenvolvimento relativo e dependente, ao preço de um desemprego massivo e de um crescimento rápido das desigualdades sociais.

V • A crise específica dos regimes burocráticos

1. Seria falso enxergar retrospectivamente o desenvolvimento da URSS através da imagem dos anos chamados de "paralisia" de finais da era de Brezhnev. Os anos de Stalin ou Krushev corresponderam a uma mutação social e econômica colossal, marcada desde o início pelas deformações da construção socialista "em um só país". Sob as rédeas da burocracia, produziram-se em pouco tempo os horrores da acumulação primitiva. O caráter autoritário e burocrático da planificação, assim como de suas tentativas de reforma, sempre constituíram um freio relativo ao desenvolvimento das forças produtivas e sobretudo levou ao máximo o seu custo social. Sem dúvida, permitiu um desenvolvimento rápido das forças produtivas e um crescimento econômico extensivo, base da consolidação do reino da burocracia.

2. Após a primeira fase de acumulação e de industrialização pesada, a diversificação da produção, a melhoria da distribuição e do consumo, ganham uma importância crescente. O conservadorismo burocrático, a ausência de democracia e a lógica da construção do socialismo em um só país ou em um só campo, obstaculizaram a aplicação generalizada das inovações tecnológicas. O freio tende, então, a um ponto de bloqueio. A partir de meados dos anos setenta, as taxas de crescimento declinaram espetacularmente no conjunto das economias planificadas, paralelamente a crise dos países imperialistas. A queda dos preços das matérias primas agravava a situação. Enquanto que os créditos fáceis dos anos setenta contribuíram, durante cinco anos, para a manutenção do consumo, a crise de endividamento, inicialmente oculta, explodiu, impondo o receituário do FMI, políticas de austeridade na Europa do Leste (com consequências dramáticas na Romênia). Além disso, o orçamento da URSS e dos países do Leste foi também afetado pesadamente pela retomada da corrida armamentista. As burguesias imperialistas responderam a crise pela busca de novos ganhos de produtividade, a introdução de novas tecnologias, ao preço de um desemprego estrutural de massa. As economias burocraticamente planificadas são, ao contrário, forçadas a manter uma estabilidade no emprego sem poder compensar a ausência de concorrência pela mobilização voluntária e pela iniciativa democrática dos produtores associados.

3. Apesar da existência de um "desemprego de fricção", estas sociedades continuam caracterizadas pela estabilidade do emprego, pelo caráter não mercantil da força de trabalho, a distribuição de bens e serviços essenciais a preço baixo, rendimentos amplamente desconectados do trabalho efetivamente dispendido. O conjunto destas características foi marcado, ao

mesmo tempo, pela redução drástica dos mecanismos mercantis e pela dominação burocrática. Profundamente minados pelo parasitismo burocrático (má aplicação, desperdícios, organização burocrática do trabalho, distribuição prejudicada pelos privilégios e pela corrupção), estas conquistas não podiam ser suficientes. A desorganização econômica, a corrupção generalizada no setor de distribuição, a devastação ecológica relativizaram o seu peso. A penúria de medicamentos e a má qualidade dos tratamentos anula as vantagens da medicina gratuita. Este modo de distribuição e esta garantia de emprego constituem, entretanto, obstáculos ao restabelecimento do capitalismo.

As conquistas sociais (educação, saúde e habitação) do pós-guerra sofreram o contra-golpe da estagnação e das dificuldades orçamentárias. O resultado foi uma regressão das condições de vida, tanto mais sentidas quando comparada com os países capitalistas mais ricos da Europa Ocidental e uma crise de legitimidade da dominação burocrática. Esta degradação social pesa sobre os trabalhadores da Europa do Leste, sobre a confiança em si próprios, sobre sua convicção de poder resolver os problemas de sua sociedade por uma democratização socialista, a partir de estruturas de propriedade estatizada. Seus efeitos vêm se somar ao sentimento de impasse resultante do fracasso das reformas econômicas passadas e da repressão sobre as tentativas de sublevação anti-burocrática.

4. As grandes esperanças da época de Krushev e as promessas de alcançar e rebaixar o nível de vida dos países imperialistas antes do fim do século ficaram muito aquém. O espaço que se havia reduzido durante o pós-guerra entre países capitalistas desenvolvidos e economias planificadas voltou a abrir-se. Em comparação não com o conjunto dos países capitalistas - já que incluem a miséria do Terceiro Mundo como condição para seu funcionamento - mas com os países da Europa Ocidental, as conquistas do "socialismo realmente existente" são percebidas como relativas e cada vez menos reais. Não podem ser salvaguardadas pela defesa do sistema atual de planificação mas mediante seu desenvolvimento qualitativo, derrocando os privilégios burocráticos e instaurando o controle democrático da produção, da urbanização, do meio ambiente e de todos os aspectos fundamentais da reprodução social.

VI • Reforma burocrática, restauração do capitalismo: a qual preço?

1. A primeira onda da revolução antiburocrática não conduziu à conquista do poder por parte do proletariado, nem sequer a formação de um contrapoder político organizado. O processo de auto-organização permaneceu limitado: a ordem antiga só foi questionada parcialmente nas empresas e nos lugares de trabalho. Porém, tampouco a burguesia tomou o poder. Existem setores da pequena burguesia tradicional, da intelectualidade e da burocracia que aspiram a converterem-se em classe dominante e a dirigir, para seu próprio benefício, um processo de restauração capitalista. Mas no imediato, sua força social é demasiado limitada para ser capaz de conduzir uma transição estável na direção ao capitalismo. A burocracia sofreu uma derrota e conheceu um processo de deslocamento, desigual segundo o país. Parte das instituições foram desmanteladas ou desestabilizadas. Porém, a burocracia segue, no essencial, ocupando o poder.

2. A derrota do Partido-Estado, que evidencia a debilidade social e a heterogeneidade da burocracia, desmente claramente os discursos anteriores em moda sobre o "expansionismo totalitário". A burocracia parasitária não traduz a instauração de um novo modo de produção; sem dúvida, não é incapaz de ter iniciativas históricas e energia. Condenada a manobrar em equilíbrio entre o imperialismo internacional, por um lado, e o proletariado e a revolução mundial, por outro, unida pelo exercício do poder político e a defesa de seus próprios privilégios, a burocracia se divide, na crise, em correntes abertamente restauracionistas e outras conservadoras ou neo-populistas em proporções que dependem tanto da função social dos diversos setores que a compõem como da correlação de forças nacional e internacional. Na situação atual, um setor da burocracia da Europa Oriental, ao não acreditar na sobrevivência de um sistema reformado e ao constatar a renúncia de Gorbachev a controlar os países da Europa do Leste, espera poder converter seus privilégios em propriedade capitalista com o retorno à economia capitalista.

3. Esses privilégios parasitários constituem um fundo demasiado limitado para poderem transformarem-se em capital nacional, permitir a compra de empresas oferecidas à privatizações e fazer das altas esferas da nomenklatura uma nova burguesia competitiva frente a seus rivais da Europa ocidental. A compra de empresas por parte da nomenklatura de antes há de suscitar uma feroz resistência entre os trabalhadores cheios de ilusões sobre as promessas da "economia de mercado". A restauração capitalista não pode restringir-se à penetração do

A primeira onda da revolução antiburocrática não concluiu à conquista do poder por parte do proletariado, nem sequer à formação de um contrapoder político organizado.

Edu Corsi



Lutamos por um projeto socialista enriquecido da crítica radical do estalinismo, da crítica do produtivismo, do trabalho alienado e da pilhagem desenfreada dos recursos naturais.



Sergei Guneyev

capital estrangeiro, as privatizações e nem às empresas mistas (joint ventures). O chamado aos capitais estrangeiros, uma certa privatização e o recurso a mecanismos de mercado poderiam fazer-se sob o controle social se se subordinasse a critérios discutidos publicamente e assegurando reconversões que protejam o direito ao emprego, a educação e saúde para todos. Não basta, sem dúvida, que haja inversão privada, privatização limitada ou que se chame capital estrangeiro para que se consuma a restauração capitalista.

Esta requer o reestabelecimento global da regulação social pelo mercado, desemprego massivo, reestruturações industriais, desmantelamento das conquistas sociais elementares e a reinserção brutal de tais economias no mercado mundial. Para que se consuma o processo restauracionista, teriam que combinar-se o controle do poder por uma força capitalista constituída, a modificação institucional das principais engrenagens do Estado e, sobretudo, a submissão das relações sociais e a produção mercantil generalizada governada pela lei do valor.

Não se deve imaginar a contra-revolução restauracionista como uma imagem invertida da revolução socialista. Ela possui outras bases e outros mecanismos. Desde que a coerência das instituições começou a esfacelar-se, a pressão do mercado mundial exerce toda sua influência. Até agora, a derrota da burocracia foi até o questionamento parcial de certos elementos essenciais do aparato do Estado (polícia política); porém não tem havido destruição total de tal aparato e nem ele foi tomado por uma força coerente, capaz de conduzir tal projeto. A privatização e a penetração capitalista seguem, pelo momento, limitadas. Não deixarão de provocar grandes resistências entre os trabalhadores industriais e agrícolas.

Uma diferenciação apareceu desde já no interesse dos capitalistas ocidentais frente a estes países. Os investidores fletam mais com a Tchecoslováquia, que conquistou a estabilidade política e uma relativa solidez econômica, do que com a Polónia devastada e incerta, sem falar da Romênia. O destino dos países da Europa do Leste se dissocia.

4. O domínio do poder estatal por forças pró-capitalistas é um instrumento essencial de tal transformação. Porém, a principal força restauracionista reside no capital estrangeiro, que já agora exerce uma pressão colossal mediante o FMI e os bancos, que se organizam para a reconquista. A dinâmica atual do questionamento do poder burocrático está marcada pelos programas de liberalização e privatização subordinados a lógica do FMI. Mas o processo enfrenta obstáculos consideráveis. Seu custo colossal exigiria dispor de capitais que já foram mobilizados para compensar o déficit americano ou para investir nos países dependentes. A restauração só poderia realizar-se mediante a instauração de novas formas de dependência no centro mesmo da Europa e a aparição de um subdesenvolvimento intracontinental. Longe de ingressar de maneira tardia ao clube dos países capitalistas desenvolvidos, estas sociedades seriam chamadas a ocupar um lugar subordinado e dependente na nova hierarquia mundial, que está em gestação durante a crise.

5. A consumação da restauração implicaria diferenciações sociais profundas nas quais haveria alguns ganhadores, porém, uma maioria de "perdedores", especialmente as mulheres, ameaçadas de expulsão das atividades diretamente produtivas, sujeitas, já hoje, a ofensivas religiosas obscurantistas. Passa-se por conflitos e resistências muito profundas, divisões de interesses e de concepção tanto nas filas da burocracia como nas da burguesia e do proletariado.

Convencidos da necessidade de destruir o conjunto do Estado monstruoso da burocracia por uma mobilização que restitua aos produtores a integralidade de seus direitos, trabalhamos para que o movimento social, respondendo as aspirações democráticas, lhe dê uma perspectiva oposta tanto à restauração capitalista quanto aos remendos burocráticos. Lutamos por um projeto socialista enriquecido da crítica radical do estalinismo, da crítica do produtivismo, do trabalho alienado e da pilhagem desenfreada dos recursos naturais.

- Na medida em que o processo revolucionário avança, os liberais de hoje revelam-se-ão os autoritários de amanhã: desmantelamento efetivo dos aparelhos repressivos e da casta dos oficiais; direito à organização democrática dos soldados; abolição de todos os privilégios burocráticos e recusa de novos privilégios monetários; pluripartidarismo, igualdade efetiva de direitos, independência dos sindicatos, direito ao emprego e a existência.

- Não defendemos nem a integridade estatal da URSS tal como ela foi imposta burocraticamente, nem a porcentagem e o conteúdo das nacionalizações burocráticas: autodeterminação das nacionalidades e respeito de seu direito à independência, única forma de preservar as chances de uma livre associação de repúblicas socialistas desembaraçadas da tutela burocrática.

- Ligamos as reivindicações de democracia política a seu conteúdo social: recusa das privatizações apresentadas como solução miraculosa e de suas consequências sociais (desem-

prego); rejeição dos ultimatos do FMI, da condicionalidade política da ajuda e dos créditos; anulação da dívida; defesa de uma economia democraticamente planejada, em uma relação de igualdade, no quadro das instituições confederadas europeias; desenvolvimento de formas de organização internacional da classe trabalhadora e dos movimentos sociais; desenvolvimento de um programa de autogestão generalizada ao nível das estruturas de produção (locais de trabalho, ramos de indústria) como ao nível territorial (comunas, regiões, nacionalidades); gestão da produção pelos trabalhadores, eleição e revogabilidade das direções; autonomia das coletividades territoriais que permitam o controle social efetivo sobre a construção de moradias, a saúde, a educação, no quadro de um plano de desenvolvimento autogerido e ecológico;

- A democracia não se identifica com eleições parlamentares: primado da democracia direta sobre a democracia representativa, revogabilidade dos eleitos, representação direta das unidades sociais capazes de exercer um tal controle em função de sua prática coletiva sobre os locais de produção, nos quarteirões e nos bairros.

6. A primeira etapa, em grande parte espontânea, da revolução antiburocrática ilustra a necessidade de um partido revolucionário capaz de combater tanto a burocracia como as forças restauracionistas, de definir um projeto de sociedade socialista e democrática, de renovar o internacionalismo e de lutar contra as ideologias dominantes no mundo.

Na etapa atual, a primeira tarefa segue sendo a conquista da independência política de classe, incluindo-se as nacionalidades oprimidas.

Assim como a unidade de ação por reivindicações democráticas inclui setores liberais, com o critério restrito de uma mobilização unitária e eficaz com objetivos precisos, se impõe um procedimento de frente única, contra as privatizações, a militarização e os desmandos do FMI, se dirige a todos os sindicatos, movimentos sociais e partidos desde o momento em que já não estejam confundidos com o Estado.

Várias hipóteses estão abertas. Não só existe a disjuntiva entre a restauração capitalista a certo prazo e a revolução antiburocrática, mas também existe a possibilidade de que a situação se deteriore ou que haja um desmembramento social ou, inclusive, que se dê um golpe repressivo. Não se trata de um regresso ao "status quo" anterior. Inclusive na URSS, um golpe militar estaria destinado a ser seja um sistema autárquico, precário, seja a instabilidade bonapartista já prefigurada pelas contradições e os limites do regime de Jaruzelsky. O mais provável parece ser um período convulsivo de instabilidade política, de reorganização social, de confrontações parciais ou inclusive de desmembramento. É neste processo que se definirão os protagonistas e se forjarão os instrumentos da luta agora apenas embrionária.

Ainda que surja das mesmas contradições de fundo, a evolução da situação da URSS é distinta da dos países da Europa Oriental. Apesar da contra-revolução estalinista, a origem revolucionária segue tendo seu peso. O início das mobilizações operárias no verão de 1989 começou a gerar diferenciações políticas e a influir sobre correntes minoritárias que expressam a preocupação em criar organizações socialistas implantadas entre os trabalhadores, que lutem por formar sindicatos independentes. A cristalização burocrática é ainda mais profunda que em outros países. As correntes conservadoras detêm posições de força. Estão em condições de explorar os conflitos nacionais procurando mobilizar os trabalhadores russos contra os movimentos independentistas. A dimensão da questão nacional e as consequências da opressão burocrática agudizam ainda mais o caráter específico da sociedade soviética.

Por ter experimentado um potente movimento de organização independente da classe operária na última década, a Polónia continua ocupando um lugar específico. A situação permanece marcada pelos efeitos contraditórios dos êxitos obtidos pelos trabalhadores (formação de um sindicato de massas independente da burocracia, marginalização das forças políticas pós-estalinistas) e pelas derrotas que sofreram (estado de guerra, descenso do nível de vida, submissão aos ditames do governo formado em 1989 sob o impulso do Solidariedade). Em uma época de derrocada econômica, o compromisso entre o regime de Jaruzelsky e a direção do Solidariedade contribui para minguar a chama das lutas de 1988. O distanciamento da direção do Solidariedade em relação as suas bases e o retrocesso do nível de consciência e de organização deixaram o campo livre para o desenvolvimento de correntes populistas que tiram sua identidade das tradições políticas mais retrógradas, assim como na defesa demagógica de certas exigências populares. A sobrevivência de uma tradição de organização democrática da classe operária pode permitir, com base em novas lutas, a aparição de forças políticas que se inspirem nas conquistas do Solidariedade de 1981.

Por quem os sinos dobram

Isaac Akcelrud

Os objetivos imperiais imediatos no Golfo - militares e políticos - foram integralmente atingidos de acordo com os planos previamente traçados. A contundente derrota infligida ao Iraque e a subsequente ocupação militar, para um controle duradouro das posições vitais e estratégicas do Golfo, funciona como advertência contra as pretensões de autonomia perante a "nova ordem" mundial implantada pela "pax americana".

O governo Bush capitaliza prestígio doméstico e mundial com a desenvoltura política conquistada ao superar o trauma da derrota do Vietnã. A intoxicação belicista que avassala os Estados Unidos alimenta o ufanismo de superpotência única. O Pentágono emerge com a imagem revigorada e recomposta, como detentor do orgulho nacional americano. O general Powell já figura como candidato a vice na chapa para a reeleição de Bush, redimindo o "establishment" americano da pecha de racismo, pois é um negro que elaborou e comandou a estratégia vitoriosa.

Esse é o panorama do imediato pós-guerra no Golfo. O fato concreto inegável (a vitória militar esmagadora) vem revestido de manipulação política destinada a ocultar a vergonha e o horror da agressão imperialista (incapaz de revelar sem autocondenar-se o volume catastrófico da destruição e principalmente o número de vítimas civis da agressão) e, mais ainda, as dramáticas contradições que fermentam na escuridão dos porões infectos dessa vitória da selvageria de todas as potências coligadas contra um isolado país subdesenvolvido.

Ganharam a guerra. Agora, terão que arcar com as consequências de seu crime.

Destruir para faturar

Tudo foi previsto nesta guerra desigual em todos os níveis, a tal ponto que analistas americanos ousam até indagar se o teste foi válido. Afinal, este foi um confronto com um país atrasado, dirigido por um tirano e - o que é mais importante - sem qualquer restrição por parte da União Soviética. A reconstrução do Kuwait - um orçamento que beira os cem bilhões de dólares - reproduz a velha monstruosidade capitalista: destruir para faturar a reconstrução. Há quem fale em "solução da crise econômica" que fragiliza os EUA na implacável competição capitalista.

Para tanto, é preciso manter o segredo sobre a destruição de vidas humanas ao longo de seis semanas de bombardeios ininterruptos. Foram mais de 100.000 ataques aéreos, dia e noite, sem parar. Segundo os "modelos de previsão" da OTAN para situações semelhantes, o número de vítimas é estimado em 150 mil em três semanas. É preciso, pois, dobrar a estimativa e acrescentar depois outro tanto por conta das baixas infligidas na ofensiva terrestre de cem horas. Tudo isto faz parte do marketing da indústria bélica americana. As oligarquias árabes renovam seus arsenais. E os exércitos dos países capitalistas precisam atualizar-se tecnicamente em face da impressionante demonstração americana no Golfo.

Ao que parece, porém, isto não muda o essencial do quadro. A revista americana *Business Week* (fevereiro de 1991) sintetiza: "Bombas americanas inteligentes mas com cérebros estrangeiros". De fato, não se alterou a tendência declinante dos EUA no campo da alta tecnologia. Exemplos: em 1980, eles detinham 73% do mercado mundial de fibras óticas; em 1988, caíram para 42%. No mesmo período, a queda em semicondutores foi de 60 para 36%; em supercomputadores, caíram

de 100 para 76%. Para as máquinas-ferramenta, o declínio foi de 18% para 7% (os dados são do *Wall Street Journal* de 28.01.91).

Os Estados Unidos ganharam a guerra fria contra a União Soviética. O preço pago foi a hipoteca da economia americana aos japoneses e europeus, observou Gunder Frank em recente estudo, lembrando que os japoneses podem retirar capitais dos EUA e ameaçam deixar de apoiar o dólar.

As potências econômicas rivais, Alemanha e Japão, não tem lugar no Conselho de Segurança, onde foi travada a primeira batalha do Golfo. Já transpirou na grande imprensa burguesa que a Alemanha reunificada está reivindicando um lugar nesse mesmo Conselho de Segurança, que é o lugar das grandes potências.

Uma economia baseada na força militar, por mais vitórias iniciais que alcance, não pode manter-se indefinidamente.

Ocupação permanente

Uma síntese do Iraque pós-guerra é feita pela Comissão de Sanções do Conselho de Segurança da ONU: o país foi lançado de volta ao estágio pré-industrial. Estão destruídas todas as fontes de combustível e meios de comunicação. Falta energia para bombear água, esgoto e para transportes. Em torno de 90% dos trabalhadores estão sem emprego. Em fins de março não terão a mínima fonte de renda. A destruição ambiental empestia terra, mar e ar.

O Pentágono continua mentindo. Não há retirada de tropas da área do Golfo. É a rotineira substituição de tropas cansadas por unidades frescas. E com a vantagem do efeito propaganda da recepção festiva aos "heróis" que retornam ao lar. A Arábia



J. Scott

Foram mais de cem mil ataques aéreos, dia e noite, sem parar. Apenas para três semanas, o número de vítimas estimado pelos "modelos de previsão" da OTAN é de 150 mil.

ORIENTE MÉDIO



Os palestinos estão na primeira fila das vítimas da guerra. Contra eles, voltam-se a fúria chauvinista do Kuwait e o terrorismo policial-militar de Israel.

Saudita e o Kuwait são, na realidade, países ocupados. Seus governos precisam do suporte imperialista contra seus próprios povos. Mas a ocupação do sul do Iraque é totalmente ilegal mesmo em face das resoluções do Conselho de Segurança.

Essa presença militar americana tende a tornar-se permanente pois é o único meio disponível para Bush enfrentar um duplo feixe de contradições. No plano internacional, o controle militar direto da região (foi a engenharia do Pentágono quem obteve o primeiro contrato de reconstrução civil no Kuwait) deve assegurar aos americanos a parte do leão nos frutos do saque. Garante vantagens econômicas a superioridade bélica. É a nova repartição do mundo pelo gangsterismo internacional.

No quadro do novo equilíbrio regional, a ocupação militar americana implica no reconhecimento indireto de novas dificuldades políticas. De saída, é fácil verificar que o Irã saiu fortalecido, inclusive como a única potência regional não subordinada aos Estados Unidos. Mais uma vez, é preciso inflar um país anti-Irã para reequilibrar a situação. Novamente, aparece a tentação da solução iraquiana.

O Iraque pode ser esfaqueado por anexações da Turquia que reivindica territórios (petróleo), pela autonomia territorial xiita sob patrocínio iraniano e, ainda por cima, por uma soberania curda que pode afetar países com minoria curda (Irã, Turquia). Tudo isto aponta para o risco de uma libanização do Iraque, exigindo a presença de tropas que imponham respeito. Não basta a "força árabe de paz" criada pelos aliados dos EUA, no fundo uma força sírio-egípcia para funções policiais no Golfo sob o guarda-chuva do ocupante americano.

Até este esquema se complica, porque os facistas no governo de Israel já reivindicam participar dessa "força de paz", propondo na prática participar na repressão em lugar do entendimento numa conferência de paz para o Oriente Médio - o que equivale a uma aliança de Israel com as burguesias árabes contra os palestinos.

Nesse quadro, os americanos encontram razões para uma

ocupação por tempo indeterminado. Já falam em manter a integridade territorial do Iraque, mas com um governo fraco. Conter xiitas rebeldes pró-Irã e impedir um Estado curdo, na prática, favorece Saddam Hussein, que já aparece como "mal menor" para muitos analistas. Não oferecerá mais risco algum. Mesmo porque, Bush já obteve a pequena verba de um bilhão por ano para subsidiar o fornecimento de armas ao Egito, Arábia Saudita, Israel e Emirados. É a "nova ordem" em fase de execução.

Palestinos na mira

Os palestinos estão na primeira fila das vítimas da guerra. A fúria chauvinista no Kuwait volta-se contra os remanescentes dos 400 mil técnicos e operários palestinos no país. E Israel amplia desafiadoramente seus planos de instalação de colonos nas terras palestinas da Cisjordânia, o que implica em expulsão, repressão, crescente terrorismo policial-militar.

Até mesmo para jornalistas de direita (Gilles Lapouge no *Estadão*) quem perdeu a guerra foi o Terceiro Mundo. Calcula tudo em dinheiro vivo, dólar sonante. Bangladesh perdeu 1,5 bilhões. Iêmen, Zaire e Quênia, um bilhão cada. Perderam tudo isso nos rendimentos dos seus trabalhadores no exterior, na perda de mercado de suas matérias primas, no aumento dos preços de petróleo. "O liberalismo é uma maravilha para os países adiantados, mas o problema é que se alimenta do sangue do Terceiro Mundo", diz ele.

É o reconhecimento tardio do acerto de cem por cento da tese defendida pelos revolucionários socialistas de todo o mundo: esta foi uma guerra dos ricos contra os pobres. Mas nós não ficamos nisso. Denunciamos o grande capital e apontamos as contradições que corroem sua aparente solidez e abalam sua aparente unidade. Não só é preciso como é possível lutar contra a "nova ordem". □

Nos porões do império

A visão de conjunto da vitória do intervencionismo imperial exige a inclusão da insuficiência da mobilização anti-guerra, um doloroso insucesso da solidariedade internacional organizada. Para tanto concorreram dois fatores: 1) a colaboração de Saddam Hussein com a propaganda americana, ao ocultar a devastação dos bombardeios ininterruptos, evitando assim a denúncia da crueldade dos agressores, simulando uma capacidade de resistência que não tinha; 2) a generalizada ineficiência de informação internacional que manteve a opinião mundial alheia e ignorante aos preparativos de uma guerra que, hoje, se revela meticulosamente programada.

O primeiro item demonstra como regimes ditatoriais e despóticos são arrastados facilmente a aventuras políticas e militares e, na hora da verdade, se mostram totalmente incapazes de organizar a defesa nacional - uma constatação válida para todos os países do Terceiro Mundo. Mais grave ainda é a verificação da insuficiente vigilância política antiimperialista por falta de informação internacional. A guerra do Golfo demonstrou a necessidade urgente de um melhor e mais penetrante acompanhamento crítico da situação mundial e da troca de informações entre as forças populares e democráticas independentes de todos os países.

Só estas forças poderiam ter divulgado, analisado e interpretado em tempo útil algumas informações como estas que tomamos de artigos de analistas independentes:

1 - André Giraud, conselheiro do grupo Saint-Gobain e ex-ministro francês da Indústria de Defesa, advertiu: "... o essencial do "petróleo fácil" (preço de extração de US\$ 2,70 por barril) está concentrado no Oriente Médio. (...) A estabilidade política e militar no Oriente Médio será, para o mundo inteiro, a condição necessária para a estabilidade do suprimento de petróleo e, portanto, da economia".

2 - Saddam foi usado como dique contra a revolução iraniana. Mas o resultado teve um inconveniente. O crescimento militar do Iraque desequilibrou o Golfo e ameaçou os interesses sauditas e kuwaitianos. Saddam Hussein começou a aparecer na tela dos computadores do Pentágono e do Departamento de Estado como um obstáculo a abater. O sufoco começou com o aumento da produção de petróleo e a queda dos preços, deixando o Iraque à mingua. Ninguém percebeu, então, que Bush tinha voz e voto na OPEP.

3 - Outros dois franceses, Alain Joxe e o general Fricaud-Chagnaud, revelaram que, já nos primeiros anos da década de 80, os Estados Unidos tratavam de "coordenar projeções de forças para o Sudoeste Asiático, essencialmente para o Golfo. E Michael R. Gordon, que cobre a área de "segurança nacional" para o *New York Times* revela que "no início de 1990, Cheney e Powell aprovaram um documento secreto cuja tônica é a necessidade de um plano de urgência para uma guerra na região. O general Schwarzkopf

recebeu o sinal verde para uma estratégia no Golfo dando mais importância a Arábia Saudita. O meio milhão de soldados enviados à Arábia Saudita encontraram uma infraestrutura pronta. Nada foi improvisado.

Segundo o *New York Daily News*, duas semanas antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, "segundo os responsáveis do Pentágono, Schwarzkopf reuniu o escalão superior de seus companheiros para um exercício que simulava exatamente a eventualidade de um ataque do Iraque contra o Kuwait.

4 - Saddam Hussein foi estimulado, senão induzido a invadir o Kuwait, acreditando na impunidade. A embaixadora americana no Iraque, April Glaspie deu-lhe a entender que os EUA não se oporiam. O mesmo foi sugerido pelo sub-secretário adjunto de Estado, John Kelly. Um editorial do *N. Y. Daily News* disse textualmente que "Bush também merece o crédito pela maneira perfeita com a qual gerou a crise do Golfo. Tem também o mérito de ter permitido que a crise do Golfo estalasse".

Estes lances pertencem ao nível executivo de um projeto de guerra determinado por motivos políticos e econômicos relevantes. O império em declínio dedicou-se à preparação das "próximas guerras", para controlar recursos estratégicos e poder negociar seu poderio militar.

Esta é a chave da "nova ordem" - trocar poderio militar por força econômica, à custa do Terceiro Mundo como analisa o editor do jornal suíço *La Brèche*, Charles André Udry.

Em busca de uma nova síntese

Flávio Koutzi, deputado estadual e líder da bancada petista na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, fala ao **EM TEMPO**.

ET: O PT abre o debate sobre a opção estratégica pelo socialismo num quadro sensível, de grandes questionamentos e mudanças. Como você situa este debate?

Koutzi: Não podemos ser tão pretensiosos a ponto de pensar que estamos imunes ao nosso tempo. O debate travado hoje em torno do socialismo tem local e hora. É feito neste fim de século, sob o impacto da mais profunda derrota do socialismo burocrático e autoritário. Por mais que a nossa experiência, os nossos sonhos, o nosso fôlego teórico nos jogue sempre adiante de nossas circunstâncias, essa nova situação nos pesa imensamente.

O paradoxo é inevitável. Tanto nos alegra o fim de um socialismo despótico quanto percebemos agudamente que se abre uma imensa estrada de recomeços e revisões.

O contexto criado com a nova situação não se determina exclusivamente pelo colapso dos países do Leste, mas esse colapso combina-se com uma ofensiva política e ideológica do capitalismo. Neste cenário, de forma muito mais concreta, materializou-se uma ofensiva da proporção da Guerra no Golfo. Há mais proximidades entre o muro de Berlim e Bagdá do que se poderia supor. De um lado, a propaganda política e ideológica da crise do socialismo, de outro a ofensiva imperialista política e militar travestida de guerra dos justos desaguam nos mesmos interesses.

ET: Há um leque rico de opiniões no PT. Que avaliação preliminares podem ser feitas?

Koutzi: É preciso tomar nota das lições da história e, portanto, a filiação a uma ortodoxia sectária, blindada em relação à realidade não nos serve. Uma tendência como a Convergência Socialista, que considera que há uma situação de avanço da revolução mundial está de fato despreparando seus militantes para um caminho que será, em verdade, muito mais duro. A visão ufanista acaba sendo a antesala de futuras desistências.

No pólo oposto, as posições apressadas e superficiais que abandonam toda a referência na luta de classes, que combatem desde já a concepção de "classismo", um alicerce fundamental ao projeto do PT, que transformam a noção de universalidade numa máquina de triturar contradições reais, tampouco poderão nos servir neste momento de extrema dificuldade.

A constatação de que há modificações importantes tanto na composição da classe operária moderna, nas suas relações de trabalho, no contexto tecnológico, enfim, não suprimem, como por encanto, as noções de contradição de classe, e sim nos desafia a renovar a teoria das classes à luz dessas novas condições. Esta nova realidade abrange não somente a classe trabalhadora industrial, mas também outros setores de trabalhadores, inserindo questões novas como o trabalho parcial, a feminização, entre outras.

ET: Quais são, na sua opinião, os temas teóricos mais importantes em debate?

Koutzi: Ao lado do desafio teórico em torno da caracterização da classe, o fracasso da economia de planejamento centralizado, nas condições políticas das sociedades socialistas fechadas e autoritárias, não encerra as possibilidades materiais desta forma de organização da produção, mas abre novos campos teóricos. O que a experiência histórica já demonstrou é que sem democracia esta forma de organização da produção não funciona. Uma hipercentralização, sem a elastização da demanda social não funciona. Está clara a necessidade de considerar formas e variáveis que possam moldar um novo modelo de organização econômica para as sociedades pós-capitalistas.

Igualmente, nas sociedades pós-capitalistas precisam ser repensadas as formas de organização política. Está claro, e é um



patrimônio comum no PT hoje, a necessidade de supressão da visão de partido único e a reivindicação da consolidação do pluralismo político, sindical, cultural, de expressão.

Talvez, surpreendentemente, seja a frágil Nicarágua quem nos traz a primeira experiência neste terreno. É neste ponto que a realidade desenvolvida nas sociedades pós-capitalistas revela a insuficiência da elaboração política frente aos temas estratégicos particulares as sociedades de transição, como a organização do Estado, a democracia, a organização da sociedade em seus diferentes setores, correntes, enfim.

O estágio atual da elaboração destas questões nos indica, justamente, que é preciso tomar a crise teórica em toda a sua radicalidade e não substituir apressadamente os dogmas anteriores por fórmulas já prontas tomadas da social-democracia modernizante. O irônico é que as correntes de opinião que mais depressa revisam os dogmas são as que mais rapidamente se fecham, satisfazendo-se com as construções teóricas constituídas dentro do mesmo quadro social, econômico e histórico em que a vertente social-democrata estruturou-se. Construções teóricas essas que já estiveram presentes nos velhos debates do marxismo.

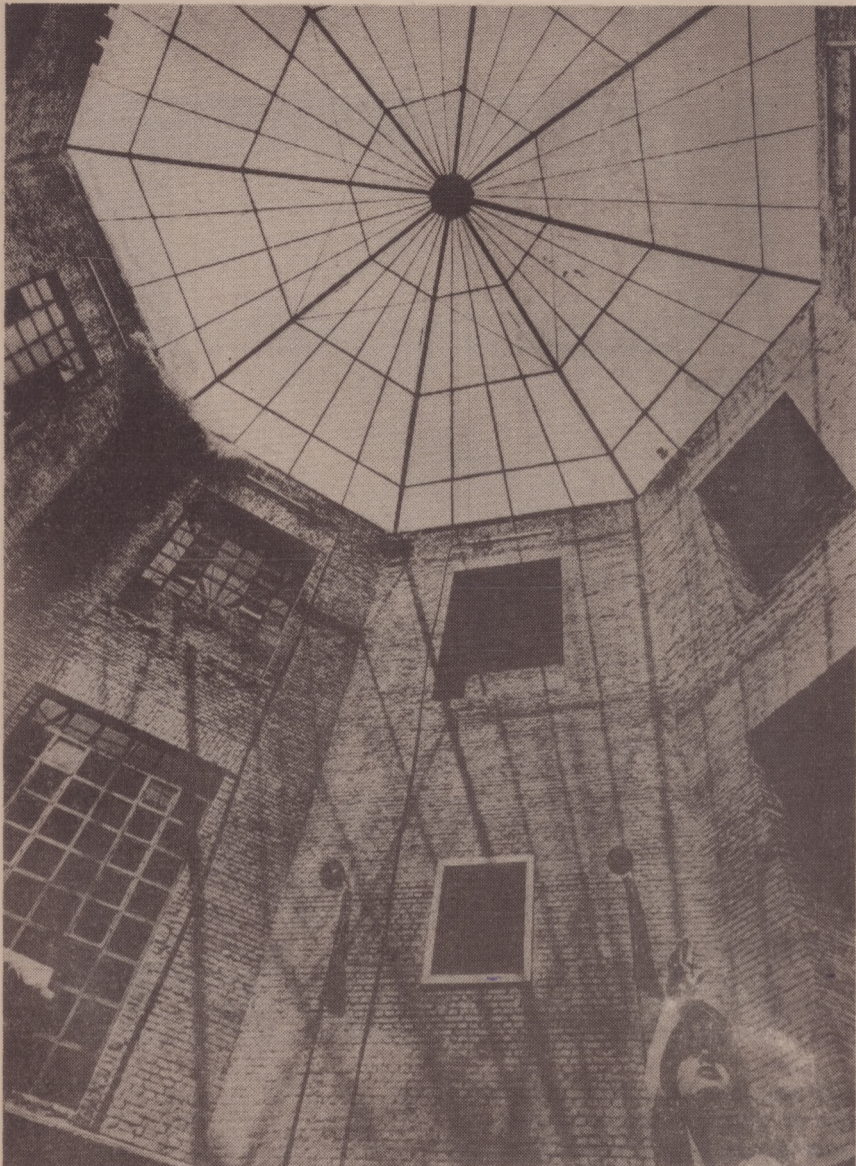
Quanto ao futuro do socialismo, dependerá na verdade da difícil síntese entre um quadro de referências que não podemos perder e a elaboração nascida das lacunas teóricas que - entre outras - apontamos preliminarmente aqui.

ET: Sobre o debate estratégico, quais questões você avalia como fundamentais?

Koutzi: Na mesma ordem de questões está a temática da ruptura revolucionária. Para mim continua evidente a impossibilidade de uma transição gradual e pacífica, tanto quanto é impossível avançar projetos de modificação radical da sociedade que não consigam articular o convencimento, a construção coletiva e democrática com os objetivos estratégicos e globais do socialismo. □

É preciso tomar a crise teórica em toda a sua radicalidade e não substituir apressadamente os dogmas anteriores por fórmulas já prontas, tomadas da social-democracia modernizante.

O processo da revolução



Emídio Luisi

José Correa

Carlos Nelson Coutinho é um dos mais importantes intelectuais marxistas do Brasil. Responsável, junto com Leandro Konder, pela divulgação, a partir do início dos anos 60, das obras de Lukacs e Gramsci em nosso país, bem como pela edição brasileira

da *História do marxismo*, organizada por Eric Hobsbawn(1), Carlos Nelson tem ocupado um lugar de destaque na intelectualidade socialista.

Militante do PCB desde os anos 60, Carlos Nelson foi um dos ideólogos, nos anos 70, de uma posição inspirada no eurocomunismo italiano, que terminou rompendo com o partido nos anos 80. Ingressou, alguns anos depois, no PT, já com o reconhecimento advindo da discussão em torno de um texto famoso, "A democracia como valor universal" (publicado em 1979, no auge do debate no PCB)(2).

A dualidade de poderes

Carlos Nelson publicou, em 1985, *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista do Estado e da revolução* (3). Busca aí uma superação "dialética" da oposição entre reformismo e bolchevismo, prenunciando sua posição mais recente, que batizou de "reformismo revolucionário"(4).

A dualidade de poderes é uma peça decisiva para o debate sobre estratégia e socialismo hoje em curso no PT, porque é a fundamentação mais sustentada e sistemática que surgiu entre nós do questionamento da concepção clássica de revolução do movimento socialista.

Conceber o Estado como expressão de uma correlação de forças é unilateral. As instituições estatais não são absolutamente elásticas, só aceitam mudanças até certo ponto.

A tese central de Carlos Nelson é que Marx, Engels, Lenin e Trotsky trabalhavam com uma concepção "restrita" do Estado e uma concepção "explosiva" da revolução; o desenvolvimento do capitalismo, porém, impulsionou uma ampliação do Estado - que passou a incorporar, além do aparelho burocrático e de coerção, uma série de instituições de construção de consenso e a intervir na economia - e que a este Estado "ampliado" deve corresponder uma concepção "processual" de revolução. Ela foi, segundo esta tese, introduzida de forma confusa pelos austromarxistas e, depois, claramente, por Gramsci. Nessa leitura de Gramsci se "destaca assim o caráter *processual e molecular* da transição revolucionária: a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista *progressiva* de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a emergência de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder de Estado" (p.69). Temos aqui exposta a tese central do texto: a oposição entre ruptura e processualidade no processo de transformação social (que o próprio autor reconhece não ser absoluta na obra de teóricos como Engels e Trotsky).

Carlos Nelson examina, em seguida, duas análises, a dos comunistas italianos Togliati e Giuseppe Vacca - que concebem esta teorização como compatível com o conceito de dualidade de poderes - e a que o sociólogo francês de origem grega Nicos Poulantzas formulou antes de morrer (em 1979) - para quem este conceito desaparece e é substituído por "um longo movimento através do qual as massas atuam para conquistar o poder e transformar os aparelhos de Estado". Vacca trabalha com uma perspectiva "do avanço para o socialismo na democracia e na paz" e Poulantzas de uma "via democrática para o socialismo". No caso de Vacca, que aceita a dualidade de poderes, ela também se transforma num processo que abarca o "arco de uma inteira fase da história, a democracia progressiva" (concepção formulada por Togliati em 1944) - que combina, numa estratégia de "guerra de posições", o avanço nas "instituições representativas tradicionais (parlamentos, etc) com novos e cada vez mais numerosos organismos de democracia de base (conselhos de empresa, de bairro, etc)" e a realização de "reformas de estrutura" (p.69 a 79).

O elemento que o autor levanta para fundamentar esta idéia de revolução "processual" é que o Estado não só é ampliado, mas concebido como o "resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes dominadas, no qual estas últimas conseguem implantar e expandir posições de *poderno* seio dos aparelhos de Estado" (p.73) (ou, na linguagem de Poulantzas, como "a condensação material de uma correlação de forças") (p.75).

O questionamento da concepção clássica é baseado, assim, na tese eurocomunista de que a modificação que conheceu o Estado burguês ao longo do século XX teria tomado ultrapassada esta idéia "explosiva" de revolução. O Estado burguês teria, ao se "expandir", tornado-se permeável à ação das classes dominadas, seus interesses poderiam se expressar no seu interior e isso justificaria colocar que a destruição desta instituição não mais deveria ser o objetivo dos trabalhadores.

Correlação de forças

Esta argumentação não se sustenta teoricamente. Conceber o Estado como expressão de uma correlação de forças é uma abordagem unilateral. Mesmo quando ela se altera e se expressa na institucionalidade estabelecida (como já é, por exemplo, em parte, o caso hoje no Brasil ou foi o caso, em maior medida, da social democracia, na Suécia ou na Inglaterra por várias décadas), essa institucionalidade, como Poulantzas mesmo reconhece, deve representar, a longo prazo, o interesse do conjunto da burguesia. Estas instituições não são infinitamente elásticas, sua flexibilidade não é absoluta.

A expressão da correlação de forças é uma dimensão do Estado, mas ela se dá numa série de instituições que, mesmo comportando-se de forma flexível, só aceitam mudanças até certo ponto, sem ser rompidas ("explodidas"). E algumas destas

instituições são muito fechadas à disputa democrática (como as forças armadas ou o estatuto da propriedade privada dos meios de produção); não existe precedente histórico para esta tese levada as últimas consequências e existem inúmeros exemplos a apontar no sentido oposto. Se operamos com a idéia dos trabalhadores tornarem-se classe dominante (e a burguesia dominada), esse momento de ruptura (ou seja, a revolução) não pode estar ausente, por mais processual que seja a estratégia concebida.

Processualidade x ruptura

Em segundo lugar, a oposição entre processualidade e ruptura, que serve de fio condutor da proposta de Carlos Nelson, é artificial e não justificada em nenhum momento do texto. Ela não se verificou em nenhum processo revolucionário no mundo, sempre foi explicitamente rejeitada pelos clássicos e é inconcebível na política de massas da classe trabalhadora. No fundo é uma variação da velha oposição entre reforma e revolução, que frequentemente reaparece no movimento socialista desde o debate entre Rosa Luxemburgo e Berstein. O que se propõe a suprimir aqui é o momento da revolução, tida como desnecessária e inviável, mantendo-se apenas o momento das reformas.

Assumindo tantos momentos de enfrentamentos parciais, de reformas, de processualidade quanto se façam necessários, é de bom senso reconhecer que o controle de instituições como as forças armadas e a burocracia do aparelho de Estado central não é disputado em eleições, ainda mais em um país como o Brasil. Ou ainda que não se pode conceber a generalização da democracia nos locais de trabalho sem que se inflja uma derrota histórica à instituição da propriedade privada dos meios de produção (e aqui não estamos falando do estabelecimento da sua propriedade coletiva mas da garantia efetiva de freios ao despotismo patronal, o que afronta a lógica do capital, da concorrência pelos ganhos de produtividade obtidos as custas dos trabalhadores, mesmo nos "paraísos" social democratas). Se o nosso horizonte é a superação do capitalismo, a desestruturação destas instituições básicas do mundo em que vivemos tem necessariamente que se colocar como parte importante da nossa estratégia - e isso significa exatamente quebrar a coluna vertebral (em situações de crise) da máquina estatal burguesa.

Naturalmente, isso não significa que embriões da institucionalidade futura não possam começar a se estruturar ainda sob o Estado burguês ou, na linguagem do PT, que o poder não só é tomado (ou destruído) mas também construído. Ele porém só poderá generalizar-se quando forem suprimidas as instituições que hoje bloqueiam o seu desenvolvimento.

Fracasso histórico

Assim, dizer que o Estado burguês tornou-se mais complexo e amplo, incorporando outras funções que não tinha no século XIX, não significa que ele - mesmo tomando-se cada vez mais um terreno também de disputas institucionais pelos trabalhadores - não tenha, em algum momento, que ser destruído, de forma "explosiva". Este problema se coloca de forma incontornável na medida em que a correlação de forças se desloque em benefício dos trabalhadores para além de um patamar representado pela possibilidade deles se tornarem a classe dirigente da sociedade.

Esta conclusão, que chegamos por uma discussão teórica bastante sofisticada, poderia ser atingida de forma mais simples, observando a trajetória de todas as correntes que se embrenharam pelo caminho da dissolução do conceito de revolução e que terminaram consolidando uma estratégia reformista - a começar pelo PCI, que da "democracia progressiva", de Togliatti, passou ao "compromisso histórico" com a Democracia Cristã, sob a liderança de Berlinguer, até atingir o mais puro reformismo social-democrata de hoje.

Carlos Nelson não deveria propor uma orientação estratégica deste tipo para o Brasil sem fazer um balanço mínimo do fracasso histórico do eurocomunismo. Ou, ainda, deixar de abordar as tentativas de implementação da via pacífica ao socialismo que terminaram não na cooptação, mas no massacre do movimento de massas (como no Chile sob Allende). □

Carlos Nelson não deveria propor este caminho estratégico sem antes fazer um balanço mínimo do fracasso histórico do eurocomunismo.

Equívoco metodológico

Carlos Nelson conhece suficientemente bem o marxismo para saber que quando Marx ou Lenin falavam da necessidade de destruição do aparelho do Estado estavam trabalhando num plano de abstração bastante elevado; não estavam aí se referindo a um Estado burguês em particular ou à estratégia para o enfrentar. O Estado necessariamente ganha um caráter ampliado quando deixa de ser uma categoria trabalhada num nível muito geral (no mesmo plano, por exemplo, da categoria modo de produção) e passa a ser trabalhada no nível de análise mais concreto de uma sociedade em particular (no mesmo plano conceitual da categoria formação econômico-social, por exemplo).

Em outras palavras, isso quer dizer que quando estamos falando do Estado como conceito, temos que reduzi-lo as características que são comuns tanto ao Estado brasileiro contemporâneo como ao Estado Absolutista ou ao do Império Romano; quando estamos falando do Estado burguês, estamos falando tanto do Estado brasileiro como do francês, boliviano ou sul-africano (isto é, estamos tratando das características comuns aos Estados das sociedades capitalistas); e quando estamos falando de um Estado em particular, por exemplo do aparelho do Estado em nosso país, estamos nos referindo a um objeto de análise muito concreto, com uma história, que reflete determinada experiência política das classes, uma dada correlação de forças, etc. (que é o terreno onde se estabelece a estratégia).

Carlos Nelson reconhece este problema na introdução metodológica de *A dualidade de poderes* (p. 10 a 14), quando afirma que há duas dimensões da "ampliação" do Estado, em suas palavras, uma gnosiológica (isto é, que diz respeito ao problema que examinamos, da passagem para um grau de concretude maior da análise, que abarca necessariamente um leque maior de determinações) e outra histórico-ontológica (isto é, há uma tendência do desenvolvimento do capitalismo implicar em uma ampliação das funções que exerce, tanto para auxiliar a burguesia a combater as crises econômicas como para responder a determinadas demandas sociais conquistadas pelos trabalhadores ou ainda para enfrentar determinados desafios postos à dominação burguesa).

Mas Carlos Nelson conclui, a meu ver de forma arbitrária, afirmando que só empregará a idéia da "ampliação" do Estado no sentido da "diacronia histórico-ontológica" e não da "sincronia gnosiológica".

Assim, ele descarta, sem explorar, o problema fundamental da análise marxista do Estado. Esta não é apenas a questão do seu caráter de classe e a necessidade daí derivada, dentro de uma perspectiva histórica, da sua destruição e substituição por outro; isso o próprio Carlos Nelson chamava, em 1979, de problema "de princípio" (*A democracia como valor universal*, p. 25/6). É também um problema decisivo para a teoria marxista do Estado a análise concreta dos Estados particulares, que permitem tornar este conceito operacional na luta política, estabelecendo hipóteses estratégicas e táticas adequadas a cada conjuntura (que é o terreno onde se dá a luta pelo poder).

Ora, o salto empreendido por Carlos Nelson é injustificável, porque toda a discussão esta sendo travada em torno do papel do Estado na transição do capitalismo para o socialismo e é justamente no plano da passagem de um modo de produção para outro que os clássicos colocavam o problema da revolução como destruição do Estado da velha classe dominante. Se esta idéia é a que está sendo questionada, isso implicaria em Carlos Nelson não só em mostrar a ampliação "histórico-ontológica" do Estado burguês, mas essencialmente em voltar ao plano de análise dos clássicos e aí mostrar que no plano da transição entre o capitalismo e o socialismo não se coloca a destruição do velho Estado e a construção de um novo. Teria para isso que percorrer o caminho da análise concreta dos Estados capitalistas contemporâneos para o "abstrato enriquecido", um novo conceito de Estado burguês.

A mesma supressão do problema de método básico da análise materialista histórica volta a aparecer no livro de Carlos Nelson, na longa nota 29 (p.32). Aí, o autor afirma que "enquanto Marx e Engels no Manifesto situam sua análise essencialmente ao nível do modo de produção... Lenin - no conjunto de sua obra - opera no nível da formação econômico-social... o que explica em grande parte a eficácia prática da sua tática e da sua estratégia políticas...". Mas aí, o essencial não é dito, porque em *O Estado e a revolução* e nos outros textos que discutem, a partir de 1917, teoricamente o problema do Estado, a discussão está colocada precisamente no plano da transição entre modos de produção.

(1) Eric Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. 12 volumes. RJ, Paz e Terra, 1983-1989.

(2) Carlos Nelson Coutinho. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2a. ed., RJ, Salamandra, 1984.

(3) Carlos Nelson Coutinho. *A dualidade de poderes*. Introdução à teoria marxista do Estado e da revolução. SP, Brasiliense, 1985.

(4) PT - Um projeto para o Brasil. SP. Brasiliense, 1989. *Democracia e socialismo*, Carlos Nelson Coutinho.

As armadilhas de uma crise de identidade



Paulo Labriola

Jorge Almeida

Devemos refundar este partido que pegou fama de ser radical, intransigente, bagunceiro, comunista, invasor e continuou crescendo?

O PT vive hoje uma crise de identidade: de perspectivas, objetivos, caminhos, métodos e concepções de organização.

Ao fazer o lançamento do primeiro congresso, o PT está colocado diante da necessidade de tomar decisões que terão consequências em sua vida atual e futura. Para alguns, trata-se de "refundar o PT" ou fazer um "Congresso Constituinte" do PT.

O PT tem passado e presente, quando se fala em refundar o PT, a que passado estão querendo renunciar? Ao de um partido combativo que desafiou as previsões da ditadura militar que não acreditavam na possibilidade de sua legalização diante da draconiana legislação eleitoral de 1980? O PT cuja militância não recuou quando precisou romper os limites da institucionalidade para apoiar movimentos sociais e fazê-los avançar contra a ditadura e suas leis de greve? O partido que não foi ao Colégio Eleitoral, que não aceitou participar de governos burgueses e que lançou um operário à presidência da república? Um partido que pegou fama de ser radical, intransigente, bagunceiro, comunista, invasor e continuou crescendo? Um PT que começou pequeno, sem espaços institucionais, perdendo eleições e quase elege o presidente? O partido dos movimentos sociais, da fundação da CUT, das greves gerais, da reforma agrária, na luta de resistência nas ocupações? O partido que afirmou que o governo democrático e popular era um passo no rumo da revolução socialista? Que nasceu definindo-se como classista quando a legislação proibia "partidos de classe"? Que nasceu contra o socialismo burocrático e a social democracia?

Herança positiva

Nós não renunciamos a este passado! O PT não é uma maravilha, nem muito bem organizado ou "sem problemas". Isto é verdade. Mas nossa história, no fundamental é positiva, de avanços, de combate e de crescente apoio popular. Temos que resgatá-la. Não queremos fundar outro PT.

Mas isto não é consenso no partido. Existem os que querem mudar a cara do PT. Acham que agora devemos privilegiar as instituições burguesas em detrimento dos movimentos sociais; que não temos que falar em revolução, pois bastaria reformar o Estado burguês, ou melhor, o Estado seria neutro, não teria caráter de classe e seria definido apenas em termos de força; que o imperialismo acabou; que a social democracia tem apenas certos problemas e alguns limites, mas o caminho não seria este?

Nós queremos consolidar os avanços estratégicos, táticos e de construção partidária do V e VI Encontros Nacionais. A

ruptura clara com os regimes do Leste europeu no VII Encontro, superando as vacilações anteriores. A reafirmação crítica à social democracia da I Convenção Nacional. A luta por uma sociedade sem explorados e exploradores explicitada em nosso manifesto de fundação.

Não precisamos fundar outro partido. Precisamos, isto sim, definir uma estratégia revolucionária para os trabalhadores e socialistas brasileiros e consolidar o PT como um partido dirigente, reorganizado de modo a ter condições de aplicar o seu discurso combativo, superando a diluição atual. Para que o PT deixe de estar a mercê das pressões de prefeitos, deputados ou dirigentes sindicais e coloque-se, de fato, como partido dirigente, com métodos coletivos.

Dimensões da crise

O PT vive hoje uma crise de crescimento que acirrou as contradições entre o espaço social e institucional que ocupamos e as nossas condições organizativas, infra-estruturais e de recursos humanos capacitados, técnica e politicamente. Porém, é mais que isto. É uma crise de identidade: de perspectivas, objetivos, caminhos, métodos e concepções de organização.

Em parte se origina em nossa incapacidade de dar respostas orgânicas e coletivas aos desafios da luta política em curso nos campos de massa e institucional. Mas em grande parte é influenciada fortemente pela explosão da crise do socialismo exposta ao mundo a partir do esfacelamento das burocracias. E do reflexo desta crise sobre nossa base social, militância e quadros dirigentes, além da "opinião pública em geral", especialmente quando se sabe que a versão corrente dos fatos é aquela passada pelos meios de comunicação de massas controlados pelas grandes empresas capitalistas.

A derrocada dos regimes do Leste Europeu tornou inquestionável a crise do socialismo. Reconhecer a profundidade desta crise é o primeiro passo para a rediscussão de um projeto socialista revolucionário que tenha condições de superar as experiências burocráticas.

Não só o socialismo em geral, mas o marxismo em particular enfrenta uma crise semelhante ou maior do que aquela da época da falência da II Internacional como instrumento da luta socialista dos trabalhadores. Crise que já vem se manifestando há algum tempo, seja pela incapacidade de se levar adiante processos revolucionários nos países capitalistas mais avançados, como pelo próprio enfraquecimento das idéias e organizações que se reivindicam marxistas, mesmo as reformistas, nestes países; pela estagnação e retrocesso da transição iniciada nos países do Leste europeu; pela profunda crise vivida pela revolução em outros países da África, Ásia e América Latina, pela inexistência de uma crítica global a tudo isto, que tenha ampla aceitação e base de massas.

Na época da falência da II Internacional, enquanto instrumento revolucionário, o marxismo também viveu uma crise de grandes proporções que se refletiu na capitulação dos partidos operários social-democratas diante das burguesias nacionais durante a primeira guerra mundial; pelo fortalecimento das concepções que renegavam a luta de classes e a revolução em troca de um caminho pacífico, por dentro do próprio Estado burguês, e pela democratização econômica do capitalismo via sociedade por ações. Do ponto de vista teórico, naquela época, a social democracia defendia formalmente o marxismo, mas de modo essencialmente economicista, determinista e dogmático.

A superação da crise deu-se de modo teórico e prático, pelas contribuições dos setores de esquerda da social-democracia, especialmente da corrente dirigida por Lênin. Mesmo não sendo contribuições tão universalizantes como as de Marx e mais voltadas para enfrentamentos concretos, Lênin trouxe formulações essenciais para a direção da revolução russa e importantes para o avanço da luta internacional dos trabalhadores.

Semelhanças e diferenças

Por diversas razões objetivas e subjetivas, que não temos espaço para tratar aqui, fracassaram as experiências do Leste

e podemos afirmar que o socialismo, compreendido como um processo de transição para uma sociedade efetivamente nova, livre de toda opressão e escassez, não chegou a existir na União Soviética e outros países onde procedeu-se a estatização burocrática dos meios de produção, o planejamento ultra-centralizado, e se eliminou crescentemente a participação operária e popular na construção de uma efetiva democracia socialista.

O "socialismo burocrático" mostrou-se incapaz de manter o processo revolucionário de transição assim como de atender o conjunto das necessidades dos trabalhadores e do povo daqueles países e também de, aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo, aparecer como superior ao capitalismo e como modelo de sociedade a ser construída. Por outro lado, afora o desmascaramento dos regimes anteriormente existentes, e a criação de novas condições de luta, a "queda do muro" no Leste não resolveu os problemas de fundo daquelas sociedades: não se construiu uma verdadeira democracia socialista, as condições de vida do povo pioraram e as lideranças e partidos emergentes do centro e direita já começam a se desgastar.

O enfrentamento da crise atual do socialismo é mais difícil do que aquela vivida pela II Internacional: enquanto naquela época a recente vitória da revolução russa atuou como alavanca ideológica para superar a crise e deu base de massas às propostas revolucionárias, hoje, a crise do Leste mina nossa base de massa e é fortíssimo o argumento nas mãos do neo-liberalismo e da social-democracia.

Do ponto de vista teórico, entretanto, o combate mais radical e antagônico ao marxismo, na realidade se dá em patamar e com fundamento semelhantes aos de há 100 anos ou mais. Do ponto de vista político, a defesa da democracia como valor universal e a afirmação de um caráter neutro do Estado e de sua perpetuação histórica, o fim da luta de classes e a defesa do reformismo e de um partido diluído e submetido à institucionalidade vigente. Na filosofia, uma regressão ao idealismo pré-marxista, baseado em Hegel e Kant. Além disso, uma negação do imperialismo e um silêncio sobre a necessidade da socialização dos meios de produção.

Tentação e armadilhas

O enfrentamento da crise e destas concepções engloba o combate à social democracia e ao socialismo burocrático, enquanto projetos fracassados, do ponto de vista internacional; o enfrentamento implacável ao capitalismo e imperialismo de um ponto de vista concreto e de massas, a confirmação de um novo projeto de democracia socialista, a defesa do marxismo em seus fundamentos, sem dogmatismo e sem espírito de "patriotismo", portanto, numa postura aberta e crítica em relação a seus equívocos, limitações e tensões internas; a definição de uma estratégia e política de construção partidária consoantes com a realidade de cada país, capaz de fazer os ideais revolucionários transformarem-se em força humana e material que possa derrotar o capitalismo e retomar a iniciativa dos trabalhadores e da esquerda nos níveis nacional e internacional; a definição de uma política internacional de solidariedade e de articulação de forças democrático-populares, socialistas e revolucionárias, especialmente na América Latina, mantendo a independência política, ideológica e orgânica do PT.

No processo de preparação deste Congresso do PT, temos que evitar duas tentações ou armadilhas. Uma delas é cair no teoricismo e academicismo, centrar fogo na discussão do socialismo e do marxismo em geral, e, especialmente na esfera da filosofia, da ética e da moral. A outra é reduzir a discussão a um

programa de governo para 1994.

Dentro do conjunto de questões que estão colocadas para o nosso congresso, duas devem receber de nós um tratamento prioritário: a estratégia para a revolução brasileira e a construção partidária.

Crítica dos modelos

O partido revolucionário é aquele capaz de cumprir as tarefas de direção de uma revolução concreta. Não existe um modelo de partido revolucionário que possa ser aplicado a qualquer realidade e época histórica.

No Brasil, ao contrário de muitos países do chamado "terceiro mundo", a sociedade não vive um estado de permanente desagregação. Também não podemos dizer que nosso país é um exemplo de sociedade "ocidental" com instituições consolidadas e onde a burguesia governa com uma hegemonia política estável, sem necessidade de recorrer à face ditatorial de sua democracia classista. E, pela realidade econômica, social e cultural de nosso povo, dificilmente poderia ser de outra forma.

Ao longo dos anos, a burguesia forjou um Estado centralizador e autoritário e dispõe de uma série de outros mecanismos de dominação de classe e de disputa de hegemonia na sociedade. Estes mecanismos, que induzem ao conformismo e à lealdade às ordens e valores burgueses, são fruto do desenvolvimento do capitalismo monopolista dependente e da complexificação do Estado e da sociedade civil. Mas quando os poderosos instrumentos de persuasão política e ideológica e a legislação repressiva se mostram insuficientes, as classes dominantes têm demonstrado capacidade de ajustar o sistema político às novas circunstâncias, usando um aparato repressivo, as Forças Armadas, capaz de agir com relativa autonomia em defesa da dominação burguesa e assumindo até funções de partido.

Os trabalhadores e as forças socialistas devem passar por um processo de acúmulo de forças, antes de se propor à conquista imediata do poder político, em que disputam a hegemonia dentro dos marcos do capitalismo e buscam alcançar a iniciativa política. Mas essa linha de acúmulo, para ser consequente e não significar uma simples luta pelo alargamento da democracia burguesa, deverá ter uma direção política voltada contra os interesses do capital, contra sua dominação ideológica.

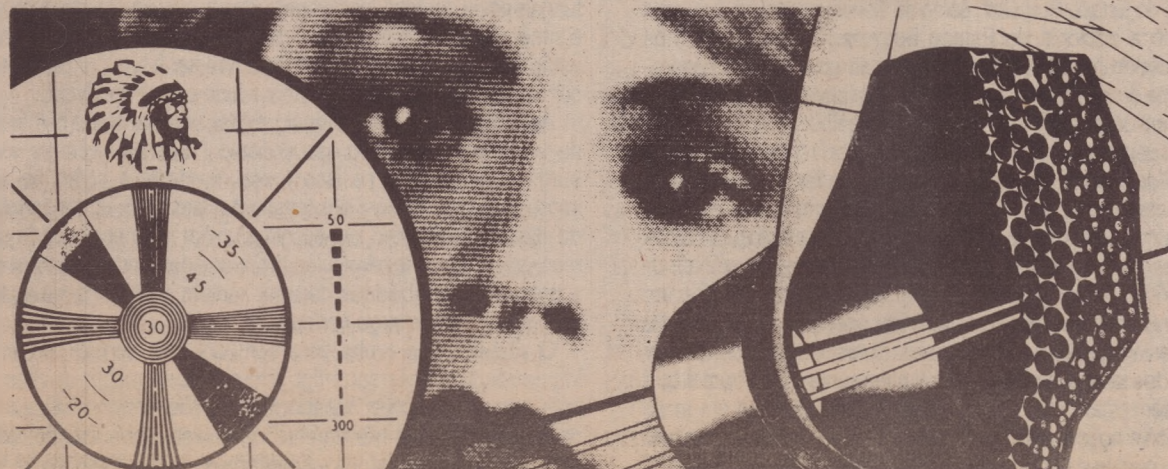
A conquista da democracia para as massas significa, em última instância, e como necessidade histórica, romper revolucionariamente com a ordem burguesa e iniciar a construção do socialismo. O partido revolucionário necessário para o Brasil, é, portanto, aquele capaz de ter amplas condições de travar a luta neste período de acúmulo de forças, ao mesmo tempo em que se prepara para o enfrentamento global com o capitalismo.

Não basta, portanto, a discussão genérica e filosófica. O congresso deve servir para avançar o nível de informação, participação, nucleação e a qualidade das filiações. Também deverá buscar a definição de linhas setoriais e na organização das secretarias de frentes de massa. Só assim teremos um real avanço político, ideológico e orgânico do PT. □

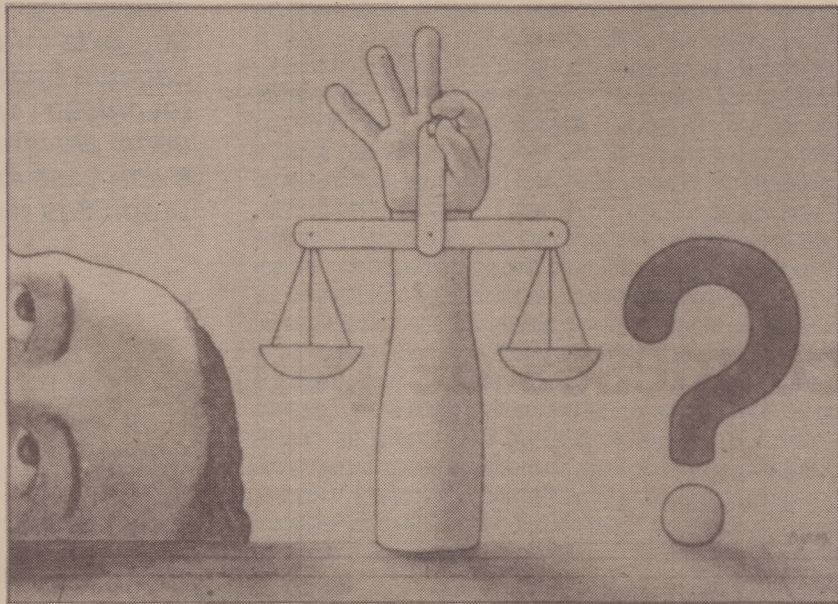
Jorge Almeida é dirigente da tendência Força Socialista e membro da direção executiva nacional do PT, como responsável pela Secretaria da Juventude.

A crise atual do socialismo tem um agravante em relação àquela vivida pela Segunda Internacional: naquela época a vitória da revolução russa atuou como alavanca ideológica e deu base de massas às propostas revolucionárias.

A defesa do marxismo em seus fundamentos deve ser feita sem dogmatismos e sem espírito de "patriotismo", numa postura aberta em relação a seus equívocos, limitações e tensões internas.



O esquerdismo e a vergonha da reforma



Tarso Genro

E muito difícil situar o eixo do artigo de Ronald de Oliveira Rocha, "Democratizar o Estado ou iludir o povo", no qual faz uma aguda crítica a dois textos publicados na Folha de São Paulo, firmados por mim e por José Genoino, o primeiro deles também respondido por Wladimir Palmeira.

Esta dificuldade vem do fato de que Ronald, para não perder um mínimo de relação com a realidade da disputa política em curso, seguidamente combina sua exclusiva posição revolucionária com concessões à luta pelas reformas: "Claro está que não se deve negar ou mesmo subestimar as exigências parciais, sobretudo quanto a disputa contra-hegemônica dominante da estratégia. A luta por reformas, ao mesmo tempo em que representa um esforço na melhoria das condições de vida para os seres humanos sob o capitalismo, educa politicamente as classes populares...". Ou, mais adiante: "Isto significa que os trabalhadores devam ser indiferentes as leis e a forma estatal? Absolutamente não. Quer dizer apenas que aos socialistas não cabe fazer apologia das instituições do Estado Burguês."

Como Ronald tem que militar, fazer política, discutir orientações sobre as disputas em curso, ele deixa sempre um "pezinho" na reforma, pois afinal quem ouviria Ronald na sua cruzada - hoje - para destruir o Estado Burguês?

Além de fazer estes giros para não perder a relação com a vida, na esfera da política falando em reformas e, na doutrina, mantendo o revolucionarismo, Ronald não perde a oportunidade de usar a velha tática de atribuir aos adversários, na contenda teórica, posições ética e politicamente inaceitáveis para os socialistas. Isso ocorre na pré-citada frase, em que ele recomenda que aos socialistas não cabem fazer "apologia das instituições do Estado Burguês", como se Genoino e eu estivéssemos fazendo a apologia do Estado Burguês. E isso ele faz nos conhecendo há muitos anos através de uma relação reciprocamente respeitosa. Talvez, esteja aqui inscrita a velha noção dos anos 30 na URSS: a do "inimigo objetivo".

Mas vejamos qual o cerne das divergências, que ao longo do seu artigo, Ronald não teve coragem de enfrentar abertamente e que abdica de posicionar-se: está na ordem do dia, hoje, no país, a possibilidade de reformas como momentos desestabilizadores do Estado Burguês e da ordem econômica capitalista, ou não? Esta abdicação de Ronald é necessária para manter um pé na reforma e outro no esquerdismo verbal, pois, da posição sobre este impasse é que derivam as diversas formas de abordar a luta de classes no país. Esta é a pergunta fundamental que deve ser respondida, sob pena do debate tornar-se um mero exibicionismo de princípios, sem qualquer relação com um projeto que vise dar ao Estado uma direção mais permeável "à melhoria das condições de vida para os seres humanos sob o

capitalismo".

Eu e Genoino entendemos que, hoje, a esquerda socialista encontra-se numa posição de defensiva política e ideológica de caráter estratégico, que deve perdurar por um largo tempo e que os avanços que podem ser conquistados, para alterar a correlação de forças na sociedade, só podem se dar, agora, na reforma e na permeabilização do Estado Burguês às reivindicações democráticas e populares das massas, para que, neste processo, os sujeitos políticos comprometidos com o socialismo forjem uma nova hegemonia, incorporando milhões à luta política e a níveis superiores de organização na sociedade civil.

O mais estranho de tudo é que Ronald, num parágrafo inteiro, concorda com os elementos fundamentais da reforma do Estado, inserida em nosso artigo, agregando mais alguns pontos que se constituem em elementos democratizadores da sociedade e do Estado, sobre os quais qualquer democrata consequente (não é preciso ser socialista) não teria divergências de fundo: "Nesta perspectiva, é preciso ter posições claras sobre as questões candentes da disputa político-institucional referidas por Genoino e Tarso. Reivindicar o fim da tutela militar sobre a sociedade civil e as próprias instituições estatais. Medidas antimonopolistas e anticlientelistas no campo da imprensa escrita, falada e televisada. A implantação do Parlamentarismo, acompanhada pelo aprofundamento da autonomia federativa, o unicameralismo, a mais ampla liberdade partidária e a radicalização do sistema eletivo proporcional com o voto por listas e a isonomia representativa. Os direitos democráticos nas estatais em níveis sindical e de acesso da sociedade civil para que os trabalhadores possam melhor resistir ao incremento da exploração e da opressão inerentes à mobilização pública contra os favorecimentos aos oligopólios privados. A democratização formal da justiça e medidas que facilitem o acesso mais amplo e rápido por parte das massas."

Como Ronald não consegue fechar seu raciocínio político com a sua vocação doutrinária, a seguir assegura que esta disposição não pode ser "centrada" num Congresso hiperconservador. É certo que ela não pode ser centrada no Congresso como palco exclusivo da luta política e isso sabemos tanto pelos manuais como por observação empírica. Mas o que sustentamos é que ela, hoje, só pode se dar "via" Congresso e não pela via revolucionária. Ora, a reforma do Estado que não passar pelo Congresso só pode se dar com destruição do Estado Burguês e isso significa a transformação revolucionária de caráter socialista no país, onde os direitos democráticos propostos pela nossa reforma do Estado e pelo próprio Ronald seriam, daí sim, muito tímidos. Nesta hipótese teríamos de buscar formas mais profundas de democratização da sociedade e do Estado, já que aquelas que foram testadas historicamente não deram certo, não só por "erros" de dirigentes e de Partidos, mas também porque os seus pressupostos estavam vinculados a outras condições históricas.

O centro envergonhado do artigo de Ronald é o mesmo das posições que ele vem repetindo de forma invariante, embora com fundamentos doutrinários diversos, desde que nos co-nhecemos, a saber: as condições de passagem à insurreição revolucionária estão aí, basta que nós saibamos combinar a luta por reformas com a consciência revolucionária e tudo estará resolvido.

Ao longo do seu artigo Ronald repete uma cantilena milhares de vezes repetidas pelo esquerdismo ("mas as reformas são burguesas!!!") como se isso fosse novidade e como se as imprecisões pudessem desconstituir o fato histórico da derrota da idéia do socialismo, em escala mundial, e a necessidade de reconstituir o projeto revolucionário, o que demanda reconhecer a própria impossibilidade de uma ruptura radical na situação presente e por um largo período.

O respeito que tenho pelo companheiro Ronald não me impede de dizer que o seu artigo já foi escrito um milhão de vezes, mas, espero, se estiver enganado a respeito das possibilidades de destruir o Estado brevemente, que eu seja comunicado com urgência para participar da empreitada, inclusive como forma de fazer autocrítica. □

Ronald não perde a oportunidade de usar a velha tática de atribuir aos adversários posições ética e politicamente inaceitáveis para os socialistas.

A violência e suas máscaras

Márcia Camargo

A partir do debate sistemático e do reconhecimento da gravidade da situação de violência vivida cotidianamente pelas mulheres, junto com o movimento de mulheres em Porto Alegre, o vereador José Valdir, do PT, apresentou projeto de lei à Câmara que prevê a "penalização de todo o estabelecimento que, por ato de seu proprietário ou prepostos, discrimine mulheres em função de seu sexo, ou contra elas adote atos de coação ou violência".

O projeto de lei ampara-se em preceito constitucional de igualdade, mas atualiza e aproxima a possibilidade de denúncia e penalização, que passa a ser exercida pelo poder municipal, paralelamente à justiça.

A lei aprovada no dia 14 de dezembro de 1990 e reproduzida em um cartaz com telefones e endereços dos sindicatos e grupos de mulheres para denúncia, foi divulgada pelo movimento, através de colagens em muros, portas de lojas e bancos da cidade.

Nos primeiros dias de março, a estagiária do Banco Meridional do Brasil, Eliane Formigoni da Silva, apresentou denúncia ao Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, exigindo a aplicação da lei por estar sendo constantemente molestada por um chefe de setor, Valdomir Citadini. Alegando estar apaixonado por Eliane, Valdomir a perseguiu durante seis meses, levando-a a desligar-se do Banco. Eliane tentou, inutilmente, que a administração do Banco tomasse providências contra Valdomir. Ao contrário, Eliane acabou, nas suas próprias palavras, "desistindo de trabalhar, pois lá não há mais ambiente de trabalho para mim".

O caso de Eliane tem todos os elementos para uma reflexão sobre o que é a violência sexista e como ela se manifesta.

Estranho amor

A perseguição sofrida por Eliane acabou por intimidá-la. "Ela me pressionava psicologicamente. Fiquei com medo de ir trabalhar e também com medo de andar nas ruas. O indivíduo agia de tal forma que deixava entender ser capaz de cometer algum ato de violência", conta Eliane.

Foram inúmeras as pessoas e a própria imprensa, que trataram o caso como "expressão de um amor incompreendido". As manchetes de jornais documentam esta versão: "Caso de amor suspende bancário gaúcho por cinco dias", o Estado de São Paulo; "Rapaz insistente causa demissão de sua querência", O Globo; "Bancário diz que ainda está apaixonado", Jornal do Brasil, todos do dia 2 de março, dia da autuação do Banco.

As atitudes de Valdomir foram desde o desrespeito à vontade de Eliane, pressão psicológica, ameaça de agressão física, até a restrição de sua liberdade. Todos estes abusos são entendidos como manifestação de "amor", "paixão irrefreada".

Este entendimento está presente e é assimilado socialmente como justificativa para a violência contra as mulheres. Os milhares de casos denunciados, muito aquém dos que ocorrem todo o dia, demonstram que o agressor não é o "desconhecido", o "marginal", o "anormal". O agressor é o namorado, marido, companheiro, colega de trabalho.

Dados da Delegacia para a Mulher de Porto Alegre demonstram isso. No ano de 1990 foram registrados 1.297 casos de lesões corporais, 1.183 ameaças e 54 estupros. De 88 para 90 o número de ocorrências dobrou, passando de 3.983 para 6.336. Dos 42 estupros registrados em 89, 26 eram de autoria conhecida e apenas 16 de autoria desconhecida: quatro foram praticados pelo pai, cinco pelo padrasto, dois pelo tio, dois pelo marido, um pelo primo, um pelo namorado, três pelo companheiro, três pelo vizinho, um pelo colega de serviço e três por conhecidos. Estes dados inserem a discussão da violência sexista no âmbito das relações pessoais cotidianas.

Outro elemento de reflexão em torno do caso de Eliane, é o peso da humilhação e do medo das mulheres agredidas. Esse aspecto é muito importante e não é valorizado pela sociedade. O medo e a humilhação sofridos pela mulher vítima de violência fragiliza-a ainda mais frente ao agressor, encerrando-a na solidão do silêncio. Esses elementos tocam profundamente a



Suzana Pires

subjetividade das mulheres como coletivo, e tem repercussões imensuráveis na sexualidade feminina.

A construção de uma nova compreensão das relações pessoais, onde o respeito à vontade da(o) outra(o) seja elemento essencial é parte da luta feminista. A relação não violenta significa relação livre, sem coação ou submissão. Essa compreensão abre um novo horizonte para as relações humanas e para a luta contra a violência.

O caso de Eliane - a primeira aplicação da lei - é muito importante para nosso movimento. A denúncia deu visibilidade social ao problema, mostrando como a violência está presente na vida e no trabalho das mulheres.

A autuação e a aplicação da lei foram feitas pela Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, já que a penalidade prevista vai da multa à cassação definitiva do alvará de funcionamento. O processo ainda está tramitando, e a nossa tarefa é fazer com que seja levado até o fim.

Por desenrolar-se nos primeiros dias de março, próximo ao dia 8, o caso de Eliane foi lembrado como símbolo da violência que sofrem todas as mulheres.

Frente à dimensão dos maus tratos físicos, das agressões de toda ordem, da violência sexual e até dos número de assassinatos cometidos contra as mulheres no Brasil, a resposta do nosso movimento é ainda frágil.

Teatro das máscaras

Para denunciar a violência escondida, durante todo o dia 8 as mulheres ocuparam o Paço Municipal, confeccionando máscaras de gesso que usaram, ao final da tarde, em uma performance teatral sobre o tema. Ao final, mais de 700 pessoas participaram do ato público que encerrou a programação do dia 8.

Não apenas pela força das imagens evocadas através das máscaras, mas pela própria coesão que o movimento alcançou, este 8 de março entrou para a história de luta das mulheres contra a violência.

Articulada a partir do movimento autônomo, através do Coletivo Feminista de Porto Alegre, a representação reunida no ato - sindicatos, pastorais, organizações populares e específicas de mulheres - foi um passo positivo para dar visibilidade ao movimento, ampliá-lo e constituí-lo de forma permanente.

A construção de uma nova compreensão das relações pessoais, onde o respeito à vontade da(o) outra(o) seja elemento essencial, é parte da luta feminista.

IMPRESSO

Paixão e política

Maria Berenice Godinho Delgado

Agradeço as companheiras do jornal **EM TEMPO** o convite para escrever sobre Beth Lobo e Penha. Perdemos estas duas companheiras em um acidente de carro ocorrido na Paraíba, na estrada que liga João Pessoa a Campina Grande. Era o dia 15 de março, dia da posse de governadores e de um ano do governo Collor. Por todo o Brasil nós nos manifestávamos contra a recessão, o arrocho dos salários, o desemprego e a miséria, que atingiram proporções alarmantes neste ano.

Elizabeth Souza Lobo morreu na hora e Maria da Penha Nascimento Silva, várias horas depois, no hospital.

Resgatar o significado destas duas mulheres é, agora, nossa tarefa. Tarefa doída, mas necessária para que a participação delas na construção de uma outra sociedade - justa, igualitária, socialista - não se perca na nossa falta de memória. E, mais do que isto, para que continuemos a contar com essas presenças através do tanto que aprendemos com elas e que ambas deixaram escrito em papéis e nas nossas consciências.

Latifúndio e machismo

Penha era diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba. Este sindicato foi presidido por Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983. Penha lutava pela punição dos assassinos e seria testemunha no julgamento marcado para dia 21 de março (adiado). Pela brutalidade e impunidade que marca a violência do latifúndio contra os/as sindicalistas rurais - e porque Penha já havia sido ameaçada mais de uma vez - levantou-se a hipótese de que o acidente pudesse ter sido provocado. Aguarda-se o resultado do inquérito.

Penha era da executiva estadual do PT e da direção da CUT da Paraíba. Junto com outras companheiras, dava vida à Comissão Estadual sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, da CUT. Integrava no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, da CUT, a Comissão sobre a Trabalhadora Rural, que ajudou a criar e defender.

Liderança conhecida em todo o país, ela lutava pela terra e contra a violência no campo, que não tinha medo de denunciar: "expulsar os trabalhadores da terra é uma violência danada. Os trabalhadores rurais só sabem viver na terra. E os patrões mandam a polícia, que vai prendendo, vai batendo, vai fazendo um horror".(1) Tinha compromisso integral com a luta das mulheres trabalhadoras rurais. Na sua prática pessoal e política combatia o machismo e todas as suas formas: "a jornada da mulher do campo é dupla, e além disso, ela enfrenta o machismo. Os homens são muito machistas. E nem é por conta deles, mas sim, por conta do sistema que está aí (...) a mulher pode ir para o campo de enxada na mão, pela manhã, e trabalhar até à noite ao lado do companheiro. E por que quando os dois chegam em casa, cansados depois de um longo dia de trabalho, o marido não pode ajudar a mulher?"

Assumi a luta feminista sem reservas e levou esta visão para o seu trabalho sindical e político: "uma das lutas maiores que temos agora é justamente conscientizar a mulher no campo, falando da exploração e da violência que nós, mulheres, sofremos, até mesmo a violência sexual, porque a mulher não é dona nem de seu próprio corpo". No V Encontro Feminista Latino-

americano e do Caribe (Argentina, nov/90) ela e outras companheiras rurais do Brasil lideraram as discussões entre as mulheres rurais de vários países latino-americanos.

Símbolo e identidade

Beth era professora da USP e da UNICAMP e desenvolvia atividades acadêmicas também no exterior. Sua área principal de pesquisa relacionava-se a mulher trabalhadora (2). Era militante feminista há muitos anos. Também era petista. Assessorava - militantemente - a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT e participava de inúmeras atividades junto as trabalhadoras. Para nós, do movimento sindical, a qualidade de sua contribuição - teórica, metodológica, crítica, solidária - era uma força indispensável.

Assim como acontece conosco, ela também se impacientava com o caminhar lento das relações entre sindicalismo e feminismo. No PT, Beth participou sempre da tarefa de construir propostas políticas para o partido que contemplassem a dimensão de gênero as formulações e prática partidárias. Tarefa, diga-se de passagem, muitas vezes difícil, porque o PT ainda não reconheceu devidamente a seriedade política da temática das "mulheres". Inconformava-se com a quase ausência de mulheres dirigentes e com o pouco reconhecimento político conferido, no movimento, as militantes sindicais e partidárias.

Seu trabalho profissional e político estava voltado para redefinir o lugar das mulheres na sociedade: "a conquista da cidadania plena das mulheres é ainda um processo em curso na sociedade brasileira, é uma luta das mulheres nos movimentos, é uma luta dos partidos que pretendem ter um projeto democrático".

Ao morrerem juntas, Beth - urbana, intelectual - e Penha - trabalhadora da terra, sindicalista - forjaram um símbolo de cumplicidade entre as mulheres do campo e da cidade. Identificadas na opressão que se produz de jeitos diferentes, a partir da mesma matriz, nos espaços rural e urbano. Identificadas na luta cotidiana contra a realidade de humilhações vividas pelas mulheres trabalhadoras. Identificadas na alegria e no estímulo advindos das pequenas vitórias e dos avanços na batalha por construir relações sociais igualitárias e mulheres e homens libertos de qualquer opressão.

Simbolizam também o encontro entre a Academia e a realidade cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores. Beth, como poucas e poucos, queria sempre ouvir as trabalhadoras e trabalhadores. E devolvia e dividia suas reflexões, alimentando a construção de um mundo diferente. Penha refletia, elaborava, descobria. Sua militância na Paraíba se dava muito ligada as companheiras da universidade, com quem aprendia e a quem ensinava. Sabia muito.

Ao redigir a biografia de Emma Goldman, publicada na coleção "Encanto Radical" (Brasiliense), Beth dizia que a militante anarquista e feminista "foi ao mesmo tempo "mulher excepcional" e "mulher comum", dividida entre paixão e política ou vivendo a política como paixão". Cada uma do seu jeito e com suas características próprias, Beth e Penha também foram assim. □

(1)As falas de Penha estão no livro *Violência Rural e Reforma Agrária*, um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. Colina da Primavera Ed., João Pessoa, 1986.

(2)Beth Lobo tem inúmeros artigos publicados, em várias revistas, como *Desvios*, *Teoria e Debate*, *Debate Sindical*, entre outras.

A memória de Maria da Penha e de Elizabeth Lobo integra a partir de agora o patrimônio dos que lutam pela plena cidadania das mulheres brasileiras.